M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde

O Ensino Primário Brasileiro no Decênio 1932-1941

(Excerpto do Relatório de 1945, em separata do n.º 26 da "Revista Brasileira de Estatística")

1946

Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Rio de Janeiro

M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde

O Ensino Primário Brasileiro no Decênio 1932-1941

(Excerpto do Relatório de 1945,
em separata do n.º 26 da "Revista Brasileira de Estatística")

1946

Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Rio de Janeiro

O ENSINO PRIMÁRIO BRASILEIRO NO DECÊNIO 1932-1941*

I — PREÂMBULO

CONFORME ficou dito em passagem anterior do presente Relatório, a divulgação das estatísticas elaboradas pela repartição é feita de modo sintético nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principalmente no *Anuário Estatístico do Brasil*, onde nossa responsabilidade cobre tôda a "Situação Cultural" e a maior parte da "Situação Social". Abriu-se uma exceção, porém, em virtude do compromisso assumido no Convênio Inter-administrativo de 1931, para o levantamento estatístico da Educação, a cuja publicidade é destinada a série de volumes "O Ensino no Brasil", da qual já estão publicados oito números, achando-se no prelo os volumes de 1940 e 1941.

A verba para publicações de que o Serviço tem podido dispor mal dá para manter esta série, vários de cujos tomos foram custeados com o auxílio do IBGE. Entretanto, a repartição conseguiu editar alguns volumes avulsos, e tem no prelo presentemente, como já ficou dito, a obra "Sinopse da Estatística do Ensino por Municípios".

Êsse trabalho é uma novidade como iniciativa do Serviço, pois retoma agora a orientação da antiga Diretoria Geral de Estatística, quanto à divulgação, a intervalos, dos resultados da estatística do ensino segundo a divisão municipal.

*

Assim, não caberia normalmente em um documento de informação administrativa, como é o presente relato, exibir resultados estatísticos e a sua interpretação.

Atendendo, porém, ao vivo interêsse que tem merecido de V. Excia., Senhor Ministro, o gravíssimo problema do ensino primário, permita-me modificar um pouco, por exceção, o plano do nosso relatório anual, — e embora ao preço de um sensível retardamento na sua elaboração, — a fim de apresentar aqui alguns quadros estatísticos e formular considerações sôbre o sentido dos números e os possíveis rumos administrativos que dai emergirem.

Os dois quadros anexos exibem detalhadamente os dados que vão ser objeto de nosso comentário.

Ambos se referem ao decênio de 1932/1941. O primeiro dêstes anos foi o têrmo inicial da execução do Convênio de 1931, e o segundo é, ainda agora, o último que a demorada remessa das contribuições dos Estados nos permite considerar como de resultados definitivos.

As tabelas apresentadas se referem ao ensino fundamental comum, discriminando-o em ensino urbano e ensino rural, compreendido neste último, que é tomado no sentido mais largo, o ensino das escolas situadas nas "vilas", isto é, nas pequenas localidades sedes dos distritos que ainda não têm a categoria de cidade.

Os resultados da primeira tabela não exibem os números apurados, pois êstes configuram, sob certo aspecto, mera aparência, devido ao êrro sistemático na

---

* Parte terceira do Relatório apresentado ao Sr. Ministro da Educação e Saúde sôbre os trabalhos do Serviço de Estatística da Educação e Saúde em 1945.

matrícula dos repetentes "não reprovados", os quais foram indevidamente inscritos como "alunos novos"; mas sim os que a repartição obteve mediante a correção, segundo um método cuidadosamente estabelecido, daquela errada compreensão da repetência nos registros escolares existentes.

Foi um longo e penoso trabalho o de, primeiro, reconhecer com segurança êsse êrro, depois, encontrar as relações que permitissem medí-lo, e, por último, corrigí-lo.

Como os dados demográficos de que dispusemos ainda são provisórios, e uma vez que as discriminações efetuadas para o fim dessa investigação não foram exaustivas, cumprindo ainda examinar a distinção entre o ensino distrital e o rural pròpriamente dito, o que deve ser feito analisando-se a situação de cada Estado em separado, não poderemos, por enquanto, considerar definitivo êste estudo. Sendo suficiente, porém, uma larga aproximação dos resultados para que ressaltem, nesse terreno, as desfavoráveis condições do país, a revisão efetuada constitui, apesar de tudo, contribuição bastante valiosa para o exame do assunto.

A segunda tabela exibe o discipulado que deveriam ter tido as diferentes séries do curso, e o respectivo movimento de aprovações, a fim de que a escola primaria brasileira houvesse atingido sua capacidade normal e rendimento integral. Vale dizer: ali está apresentado o "metro" para medir-se, ano por ano e série por série, a distância a que a *realidade* ficou da *normalidade*. Os números alinhados permitem ver-se nitidamente o volume do trabalho escolar que não foi realizado, a evasão escolar verificada e a sobrecarga de repetentes, principalmente na 1.ª série.

Passemos agora a apreciar resumidamente, durante o decênio considerado, os números que nos oferecem êsse duplo panorama do ensino primário brasileiro, no seu ramo verdadeiramente popular.

II. O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO ELEMENTAR BRASILEIRA NO DECÊNIO 1932/1941 — APARÊNCIA E REALIDADE

Conforme ficou dito, os resultados brutos da estatística do ensino primário acusam sem intermitência — e, por isso mesmo, absurdamente — uma inscrição de "novos" na 1.ª série que fica sempre muito acima do limite teórico, decorrente do volume da população do país. Se fôssem verdadeiros, estaria o Brasil, há mais de um decênio, e sem explicação possível, com uma capacidade escolar muito superior ao necessário. Em outros têrmos: estaríamos escolarizando integralmente, desde antes de 1932, as sucessivas gerações escolares, e mais um excedente, que teria sido, no período, de 1 512 549, ou 15,08 %. O absurdo é mais gritante na discriminação das zonas. O ensino urbano teria superado o seu limite em nada menos de 2 121 532 unidades, ou 85,29% (quase dobrando-o, portanto), enquanto o ensino rural — que ainda é reconhecidamente tão insuficiente — só se teria distanciado do seu *optimum* por uma diferença de 608 983 crianças, ou 8,07%, achando-se, portanto, além dos nove décimos da capacidade plena.

Em tese — não há dúvida —, um certo excesso poderia ocorrer, mas episòdicamente. E isto mesmo, na hipótese, apenas, de que já houvéssemos atingido a escolarização integral, e conseguido, a mais disso, certa matrícula de recuperação, ou seja, correspondente a alunos não inscritos na idade própria em proporção superior à normal. Mas tal hipótese só poderia verificar-se durante poucos anos, visto como a reserva recuperável, — se não renovada, porque já então atingida a escolarização integral, — esgota-se ràpidamente em virtude da ação conjunta do processo recuperativo e do ultrapassamento sucessivo da idade escolar pelas crianças componentes do grupo.

Assim, não era possível que a verdade se exprimisse por aquêle total do decênio, de 11 543 468 alunos novos na série inicial (4 608 951 na zona urbana e

6 934 517 na rural), quando o efetivo integral das crianças que regularmente poderiam ser inscritas foi apenas de 10 030 919, das quais 2 487 419 nas áreas urbanas e 7 543 500 nas áreas rurais.

A inscrição de novos, por conseguinte, sofreu a majoração correspondente ao excesso de 1 512 549, acrescido da diferença real, 3 906 625, entre o limite daquela inscrição (10 030 919) e o efetivo (6 124 294) das crianças que *de fato* se inscreveram pela primeira vez na série inicial do ensino fundamental comum. O que perfaz o excesso global, da aparência sôbre a realidade, de 5 419 174, ou 88,49% desta.

Não cabem aqui a exposição e a justificativa dos recursos metodológicos por meio dos quais conseguimos fixar, afinal, a capacidade real da escola brasileira em 1941, relativamente ao seu limite teórico, como ponto de partida do reajustamento que levamos, sem desprezar nenhum fator relevante, ou mesmo apenas significativo, aos demais anos do período.

Diremos apenas que essa relação, considerado todo o ensino, não era ainda, em 1941, de 80%, como em princípio supuséramos e deixamos escrito em trabalho anterior, tomando essa taxa, embora, apenas como limite não ultrapassado, no temor de levar muito longe o rebate dos novos e inflar em demasia a repetência, e com isso altear correlatamente a escolaridade média a um nível que à primeira vista nos parecia excessivo e, até mesmo, absurdo.

Segundo os estudos últimamente realizados, verificamos que na realidade — e, aliás, confirmando o que nos sugere a observação direta da obra educativa brasileira, — aquela relação é de 65%, apenas, desdobrando-se em 94,85% quanto ao ensino urbano e 53,98% quanto ao rural. E a repetência apresenta-se de fato com um volume exageradíssimo no que se refere à 1.ª série.

É esta recente verificação a mais original e importante das revelações já feitas pela nossa estatística educacional. Só a possibilitou a discriminação entre o ensino urbano e o ensino rural em confronto com os respectivos universos demográficos: — o que sòmente há pouco nos foi possível obter, e ainda assim em resultados não definitivos, porque sujeitos ainda a pequenas retificações, mas sem possibilidade de alterarem-se substancialmente as conclusões.

Refiramos aqui, dado o seu interêsse, a estimativa realizada visando desdobrar o efetivo demográfico médio do país, de 1932 a 1946, em população urbana e população rural (abrangendo esta, em sentido lato, as vilas, sedes distritais).

POPULAÇÃO MÉDIA DO BRASIL — 1932/1946

ANOS	POPULAÇÃO MÉDIA			POR 100 DO TOTAL	
	Urbana	Rural (distrital e rural pròpriamente dita)	Total	Urbana	Rural
1932	7 789 721	26 893 279	34 683 000	22,46	77,54
1933	8 134 698	27 295 532	35 430 230	22,96	77,04
1934	8 490 727	27 701 993	36 192 720	23,46	76,54
1935	8 858 321	28 113 329	36 971 650	23,96	76,04
1936	9 237 792	28 529 503	37 767 295	24,46	75,54
1937	9 629 698	28 951 186	38 580 884	24,96	75,04
1938	10 033 788	29 376 581	39 410 369	25,46	74,54
1939	10 451 015	29 807 494	40 258 509	25,96	74,04
1940	10 881 556	30 243 358	41 124 914	26,46	73,54
1941	11 325 787	30 684 174	42 009 961	26,96	73,04
1942	11 784 247	31 130 347	42 914 594	27,46	72,54
1943	12 256 795	31 580 463	43 837 258	27,96	72,04
1944	12 744 215	32 035 544	44 779 759	28,46	71,54
1945	13 246 928	32 495 596	45 742 524	28,96	71,04
1946	13 765 367	32 960 621	46 725 988	29,46	70,54

A dedução a que nos vínhamos referindo permitiu o desdobramento da pesquisa a todo o período por meio de certos recursos de cálculo, obtendo-se os números absolutos e proporcionais a seguir indicados:

CONFRONTO ENTRE O DISCIPULADO TEÓRICO E O DISCIPULADO REAL DE "NOVOS" NA 1.ª SÉRIE — 1932/1941

ANOS	ENSINO URBANO			ENSINO RURAL			ENSINO URBANO E RURAL (Resumo)		
	Efetivos a admitir na 1.ª série como novos (a)	Efetivos realmente admitidos na 1.ª série como novos (b)	100 b / a	Efetivos a admitir na 1.ª série como novos (c)	Efetivos realmente admitidos na 1.ª série como novos (d)	100 c / d	Efetivos a admitir na 1.ª série como novos (e)	Efetivos realmente admitidos na 1.ª série como novos (f)	100 f / e
1932..	204 325	195 087	95,48	705 414	309 534	43,88	909 739	504 621	55,47
1933..	213 369	199 061	93,29	715 949	307 141	42,90	929 318	506 202	54,47
1934..	222 708	206 158	92,57	726 610	324 085	44,60	949 318	530 243	55,86
1935..	232 349	223 182	96,05	737 399	351 841	47,71	969 748	575 023	59,30
1936..	242 303	225 707	93,15	748 316	377 993	50,51	990 619	603 700	60,94
1937..	252 577	237 111	93,88	759 360	416 911	54,90	1 011 937	654 022	64,63
1938..	263 181	248 991	94,61	770 534	423 313	54,94	1 033 715	672 304	65,04
1939..	274 119	264 450	96,47	781 818	405 012	51,80	1 055 937	669 462	63,40
1940..	285 418	274 664	96,23	793 269	417 817	52,67	1 078 687	692 481	64,20
1941..	297 070	281 761	94,85	804 831	434 475	53,98	1 101 901	716 236	65,00
TOTAL	**2 487 419**	**2 356 172**	**94,72**	**7 543 500**	**3 768 122**	**49,95**	**10 030 919**	**6 124 294**	**61,05**

Realizada, pelo mesmo método, a retificação dos "alunos novos" nas demais séries, onde o êrro apresentou condições diferentes, os resultados ficaram satisfatòriamente controlados pelos limites que se podem estabelecer com segurança, tanto para os "novos" (efetivo da população em idade própria) como para os repetentes — os não aprovados na série no ano anterior. E de novo se confirmaram na coerência e consistência relacional que os respectivos índices exibem.

Confrontando-se as taxas supra com as referentes às demais séries, também já retificadas, percebe-se bem a intensidade da deserção escolar antes do aproveitamento visado pelas diferentes etapas do curso primário. E verifica-se, desde logo, se já é emprêsa árdua modificar-se êsse estado de cousas até a 3.ª série, muito mais o seria em relação ao curso de 4 ou 5 séries, onde além da correção tornar-se mais difícil, porque exigente de um estágio escolar excessivamente longo, em face das atuais condições econômicas e sociais do país, ainda haveria que realizar prèviamente a extensão do aparelho escolar adrede organizado, isto é, de forma a admitir o prolongamento do curso além da 3.ª série.

Segundo os resultados obtidos pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, com a aplicação do método que para êsse fim estabeleceu cuidadosamente, eis as taxas que traduzem, série por série, o distanciamento entre a capacidade real que a nossa escola tem demonstrado e o que seria preciso para atingir a plenitude da capacidade social, em relação aos alunos efetivamente "novos" em cada série:

TAXAS PERCENTUAIS DOS ALUNOS REALMENTE NOVOS NA MATRÍCULA GERAL, EM RELAÇÃO AO NÍVEL NORMAL DAS RESPECTIVAS INSCRIÇÕES NUM REGIME ESCOLAR INTEGRAL — RESULTADOS POR SÉRIE

ANOS E LOCALIZAÇÃO DO ENSINO	TAXAS DOS ALUNOS NOVOS EM RELAÇÃO AOS RESPECTIVOS LIMITES (%)				
	1.ª série	2.ª série	3.ª série	4.ª série	5.ª série
1932 — Ensino urbano	95,48	76,22	58,03	40,09	7,00
1932 — » rural	43,88	18,46	8,14	2,08	0,35
1932 — **Total**	**55,47**	**31,44**	**19,35**	**10,62**	**1,84**
1933 — Ensino urbano	93,29	72,93	50,03	34,99	7,48
1933 — » rural	42,90	19,14	10,26	2,80	0,55
1933 — **Total**	**54,47**	**31,49**	**19,39**	**10,19**	**2,14**
1934 — Ensino urbano	92,57	47,01	56,04	39,33	7,91
1934 — » rural	44,60	20,26	11,26	3,08	0,53
1934 — **Total**	**55,86**	**32,87**	**21,77**	**11,59**	**2,26**
1935 — Ensino urbano	96,05	77,11	58,14	38,93	6,52
1935 — » rural	47,71	24,63	14,48	3,62	0,52
1935 — **Total**	**59,30**	**37,20**	**24,94**	**12,08**	**1,96**
1936 — Ensino urbano	93,15	68,93	50,93	38,78	5,20
1936 — » rural	50,51	23,98	12,89	2,85	0,51
1936 — **Total**	**60,94**	**34,97**	**22,19**	**11,64**	**1,66**
1937 — Ensino urbano	93,88	75,76	54,07	39,35	6,03
1937 — » rural	54,90	28,51	15,75	3,58	0,54
1937 — **Total**	**64,63**	**40,30**	**25,32**	**12,50**	**1,91**
1938 — Ensino urbano	94,61	79,66	58,16	42,55	6,62
1938 — » rural	54,94	30,87	18,49	5,05	0,62
1938 — **Total**	**65,04**	**43,29**	**28,59**	**14,60**	**2,15**
1939 — Ensino urbano	96,47	80,14	63,21	47,43	11,13
1939 — » rural	51,80	26,77	13,89	4,25	0,35
1939 — **Total**	**63,40**	**40,63**	**26,69**	**15,46**	**3,15**
1940 — Ensino urbano	96,23	83,24	65,44	49,64	11,49
1940 — » rural	52,67	28,88	15,70	4,49	0,38
1940 — **Total**	**64,20**	**43,27**	**28,86**	**16,44**	**3,32**
1941 — Ensino urbano	94,85	76,67	65,07	51,99	11,78
1941 — » rural	53,98	28,15	16,63	4,58	0,42
1941 — **Total**	**65,00**	**41,23**	**29,69**	**17,36**	**3,48**
No decênio — Ensino urbano	94,72	76,72	58,36	42,86	8,31
No decênio — » rural	49,95	25,12	13,85	3,67	0,48
No decênio — **Total**	**61,05**	**37,92**	**24,89**	**13,39**	**2,42**

Consideradas distintamente as três extensões virtuais do ensino, as taxas que indicam o distanciamento da matrícula de "novos" em tôdas as respectivas séries, relativamente aos seus efetivos normais, são as seguintes:

TAXAS PERCENTUAIS DOS ALUNOS REALMENTE NOVOS NA MATRÍCULA GERAL DAS DIFERENTES SÉRIES, EM RELAÇÃO AO NÍVEL NORMAL DAS RESPECTIVAS INSCRIÇÕES NUM REGIME ESCOLAR INTEGRAL — RESULTADOS SEGUNDO AS TRÊS EXTENSÕES VIRTUAIS DO ENSINO

ANOS E LOCALIZAÇÃO DO ENSINO		TAXAS DOS ALUNOS "NOVOS" EM RELAÇÃO AOS RESPECTIVOS LIMITES		
		Até a 3.ª série	Até a 4.ª série	Até a 5.ª série
1932	Ensino urbano	77,12	68,43	57,12
	» rural	24,02	18,87	15,46
	Total	**35,95**	**30,00**	**24,82**
1933	Ensino urbano	72,71	63,86	53,48
	» rural	24,58	19,47	15,98
	Total	**35,63**	**29,66**	**24,59**
1934	Ensino urbano	74,74	66,43	55,65
	» rural	25,87	20,52	16,84
	Total	**37,33**	**31,29**	**25,94**
1935	Ensino urbano	77,65	68,56	57,13
	» rural	29,43	23,37	19,16
	Total	**40,98**	**34,20**	**28,26**
1936	Ensino urbano	71,62	63,91	53,10
	» rural	29,68	23,38	19,17
	Total	**39,94**	**33,30**	**27,47**
1937	Ensino urbano	75,15	66,74	55,56
	» rural	33,63	26,58	21,78
	Total	**43,99**	**36,60**	**30,21**
1938	Ensino urbano	78,01	69,68	58,07
	» rural	35,30	28,20	23,12
	Total	**46,17**	**38,76**	**32,02**
1939	Ensino urbano	80,42	72,68	61,34
	» rural	31,38	25,01	20,47
	Total	**44,11**	**37,39**	**31,08**
1940	Ensino urbano	82,08	74,47	62,87
	» rural	32,96	26,28	21,51
	Total	**45,96**	**39,03**	**32,45**
1941	Ensino urbano	79,30	72,89	61,63
	» rural	33,47	26,69	21,85
	Total	**45,83**	**39,14**	**32,58**
No decênio	Ensino urbano	77,13	69,09	57,89
	» rural	30,17	23,95	19,63
	Total	**41,82**	**35,14**	**29,12**

Êsses resultados têm, entretanto, números correlatos, no rendimento escolar, cuja apreciação cotejadamente com os precedentes é indispensável à exata

inteligência do aspecto funcional do organismo escolar. Referimo-nos às relações entre as aprovações verificadas em cada série e em cada extensão do ensino, e as que deveriam ter ocorrido se o sistema escolar houvesse funcionado a pleno efeito; considerando-se expressa essa capacidade integral nos "tempos médios" em que baseamos os cômputos da matrícula normal, isto é, 5, 6,6 e 8 anos, respectivamente para um curso de 3, 4 ou 5 séries, ou seja êsse o postulado mais optimista que se possa admitir nas atuais condições da infância brasileira, conforme o veremos mais adiante.

TAXAS PERCENTUAIS DAS APROVAÇÕES VERIFICADAS, EM RELAÇÃO AO SEU LIMITE NORMAL NUM REGIME ESCOLAR INTEGRAL — RESULTADOS POR SÉRIES

ANOS E LOCALIZAÇÃO DO ENSINO		TAXAS DAS APROVAÇÕES VERIFICADAS EM RELAÇÃO AOS RESPECTIVOS LIMITES (%)				
		1.ª série	2.ª série	3.ª série	4.ª série	5.ª série
1932	Ensino urbano	89,17	67,67	53,25	36,72	5,86
	» rural	28,65	14,11	6,57	2,13	0,25
	Total	**42,24**	**26,14**	**17,05**	**9,90**	**1,51**
1933	Ensino urbano	95,00	61,37	45,35	31,69	5,41
	» rural	30,73	14,58	8,39	2,53	0,34
	Total	**45,49**	**25,32**	**16,88**	**9,22**	**1,51**
1934	Ensino urbano	90,95	65,02	49,58	35,75	7,09
	» rural	30,94	16,08	9,72	2,74	0,46
	Total	**45,02**	**27,56**	**19,07**	**10,49**	**2,01**
1935	Ensino urbano	88,83	61,76	48,97	33,55	5,65
	» rural	32,38	17,21	10,19	2,48	0,37
	Total	**45,90**	**27,88**	**19,48**	**9,92**	**1,64**
1936	Ensino urbano	93,96	62,99	48,40	36,53	4,72
	» rural	42,50	18,99	10,93	2,37	0,40
	Total	**55,09**	**29,75**	**20,09**	**10,72**	**1,45**
1937	Ensino urbano	92,77	65,14	49,83	37,45	5,49
	» rural	41,16	22,03	13,85	3,37	0,48
	Total	**54,04**	**32,79**	**22,83**	**11,88**	**1,73**
1938	Ensino urbano	91,63	67,71	53,12	40,71	6,32
	» rural	43,18	22,03	13,79	4,21	0,59
	Total	**55,52**	**33,66**	**23,80**	**13,50**	**2,05**
1939	Ensino urbano	97,63	73,58	59,29	45,72	9,82
	» rural	42,25	20,97	12,53	4,03	0,24
	Total	**56,63**	**34,63**	**24,66**	**14,85**	**2,73**
1940	Ensino urbano	93,13	73,83	61,93	47,72	10,53
	» rural	40,98	21,80	13,14	4,04	0,31
	Total	**54,78**	**35,57**	**26,05**	**15,60**	**3,01**
1941	Ensino urbano	91,14	71,63	60,83	48,99	10,62
	» rural	40,88	22,35	14,23	4,18	0,33
	Total	**54,43**	**35,64**	**26,79**	**16,26**	**3,11**
No decênio	Ensino urbano	92,51	67,46	53,58	40,10	7,35
	» rural	37,56	19,14	11,43	3,24	0,38
	Total	**51,19**	**31,12**	**21,88**	**12,38**	**2,11**

Na consideração global das três extensões virtuais do ensino, os seguintes números dizem-nos quanto a realidade ainda se distancia do nível preciso para que, mesmo em organização não muito exigente, lograsse a escola rendimento pleno.

TAXAS PERCENTUAIS DAS APROVAÇÕES VERIFICADAS NAS DIFERENTES SÉRIES, EM RELAÇÃO AO SEU LIMITE NORMAL NUM REGIME INTEGRAL — RESULTADOS SEGUNDO AS TRÊS EXTENSÕES VIRTUAIS DO ENSINO

ANOS E LOCALIZAÇÃO DO ENSINO		TAXAS DAS APROVAÇÕES VERIFICADAS EM RELAÇÃO AOS RESPECTIVOS LIMITES (%)		
		Até a 3.ª série	Até a 4.ª série	Até a 5.ª série
1932	Ensino urbano	70,52	62,56	52,06
	» rural	16,74	13,31	10,89
	Total	**28,82**	**24,37**	**20,13**
1933	Ensino urbano	67,91	59,39	49,39
	» rural	18,20	14,52	11,89
	Total	**29,62**	**24,82**	**20,50**
1934	Ensino urbano	69,08	61,23	51,21
	» rural	19,20	15,33	12,57
	Total	**30,90**	**26,10**	**21,64**
1935	Ensino urbano	67,06	59,18	49,26
	» rural	20,23	16,05	13,15
	Total	**31,45**	**26,38**	**21,80**
1936	Ensino urbano	69,07	61,41	50,91
	» rural	24,57	19,34	15,83
	Total	**35,45**	**29,63**	**24,41**
1937	Ensino urbano	69,83	62,21	51,70
	» rural	26,05	20,72	16,97
	Total	**36,98**	**31,07**	**25,64**
1938	Ensino urbano	71,34	64,13	53,43
	» rural	26,73	21,43	17,57
	Total	**38,09**	**32,31**	**26,70**
1939	Ensino urbano	77,35	69,91	58,78
	» rural	25,65	20,57	16,80
	Total	**39,07**	**33,37**	**27,70**
1940	Ensino urbano	76,72	69,89	58,90
	» rural	25,69	20,59	16,34
	Total	**39,19**	**33,64**	**27,97**
1941	Ensino urbano	74,95	68,84	58,05
	» rural	26,18	21,01	17,18
	Total	**39,33**	**33,90**	**28,20**
No decênio	Ensino urbano	71,71	64,27	53,73
	» rural	23,06	18,40	15,06
	Total	**35,13**	**29,77**	**24,65**

Não obstante êsse distanciamento crescente em que a "realidade" se encontra da "normalidade", tanto nas diferentes séries do curso, como nas suas três durações típicas, — o que minimiza de maneira impressionante o rendimento da nossa escola —, ocorre um fato auspicioso, que vem a ter, porém, como única conseqüência o avolumamento assoberbante da repetência, sem que isto adquira qualquer sentido social positivo; ocorre — dizíamos — expressiva e pertinaz receptividade do discipulado, traduzida em prolongada permanência (ao menos nominal) na escola, como o revelam os dados da escolaridade média.

Antes de referir êsses números, convém fixar alguns esclarecimentos que previnam lapsos de interpretação.

Os números da escolaridade média podem ser lidos, em relação à série ou ao currículo indicado, de duas maneiras distintas. Primeiro, como o tempo médio durante o qual cada infante permanece inscrito na respectiva matrícula, como aluno "novo" ou "repetente". Segundo, como o trabalho escolar, expresso em alunos-ano (do mesmo ano letivo), correspondente a cada aluno inscrito como novo.

Por outro lado, pode-se ter em mira, preponderantemente, no estudo da dinâmica escolar, quer o aspecto externo ou social, expresso aqui na massa dos alunos vindos para a escola pela primeira vez, quer o aspecto interno ou didático, que se prende ao desdobramento do trabalho escolar quanto à atividade fundamental em relação aos novos, a par da atividade complementar, concernente aos repetentes; hipótese, esta última, em que o elemento a considerar na dedução da média é o aluno-ano — ou seja o aluno que se beneficiou efetivamente com o trabalho escolar de todo um ano letivo, e se constitui, assim, a unidade da "matrícula média".

Isto pôsto, vejamos os principais aspectos da escolaridade brasileira, no que diz respeito às quotas segundo as quais cada "novo" discente lhe recebeu os benefícios.

Eis a tabela que rateia a escolaridade entre os alunos realmente "novos" da matrícula geral da 1.ª série:

ESCOLARIDADE MÉDIA (EM RELAÇÃO A UM ALUNO "NOVO" NA MATRÍCULA GERAL DA 1.ª SÉRIE), SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO E A EXTENSÃO VIRTUAL DO ENSINO — 1932/1941

ANOS	ANOS LETIVOS								
	Ensino urbano			Ensino rural			Todo o ensino		
	Até a 3.ª série	Até a 4.ª série	Até a 5.ª série	Até a 3.ª série	Até a 4.ª série	Até a 5.ª série	Até a 3.ª série	Até a 4.ª série	Até a 5.ª série
1932.....	4,351	4,835	4,900	2,814	2,867	2,874	3,408	3,628	3,657
1933.....	4,373	4,799	4,873	3,118	3,183	3,194	3,611	3,818	3,854
1934.....	4,417	4,906	5,001	3,190	3,259	3,272	3,667	3,899	3,944
1935.....	4,312	4,784	4,859	3,166	3,243	3,254	3,611	3,841	3,877
1936.....	4,225	4,732	4,800	3,296	3,365	3,378	3,644	3,876	3,910
1937.....	4,180	4,684	4,760	3,180	3,262	3,274	3,542	3,777	3,813
1938.....	4,221	4,753	4,834	3,310	3,414	3,428	3,648	3,910	3,949
1939.....	4,364	4,936	5,059	3,344	3,443	3,451	3,747	4,033	4,086
1940.....	4,313	4,903	5,032	3,317	3,414	3,422	3,712	4,005	4,060
1941.....	4,162	4,780	4,912	3,252	3,348	3,357	3,610	3,911	3,969
No decênio	**4,286**	**4,812**	**4,907**	**3,212**	**3,295**	**3,305**	**3,625**	**3,879**	**3,921**

NOTA — Nesta tabela e nas demais referências do presente trabalho, a escolaridade média é apresentada com três decimais, a fim de tornar apreciáveis as pequenas variações ocorrentes.

Revelam aspecto não menos interessante as médias que tomam por têrmo de referência o aluno-ano da matrícula média, considerando-se não sòmente as séries em separado mas ainda as três extensões virtuais do ensino primário. Para não desenvolver demais estas breves considerações, apreciemos apenas os resultados do decênio em globo, que nos fornecem verdadeiros coeficientes típicos da nossa educação elementar.

Os valores médios de cada série foram os seguintes:

SÉRIES	ALUNOS-ANO POR ALUNO NOVO DA MATRÍCULA MÉDIA DA SÉRIE		
	Ensino urbano	Ensino rural	Todo o ensino
1.ª	2,559	2,380	2,448
2.ª	1,627	1,480	1,553
3.ª	1,552	1,493	1,527
4.ª	1,417	1,381	1,410
5.ª	1,364	1,408	1,370

Se passarmos agora a deduzir, conformemente ao mesmo ponto de vista, o tempo médio em que possa ser percorrido qualquer dos currículos admitidos, segundo as médias parciais de permanência de um aluno em cada série, obteremos os resultados por dois critérios diferentes. Um dêles fará abstração dos "pesos" das diferentes séries, limitando-se a somar os respectivos tempos médios já referidos no esquema supra. O outro tomará em consideração êsses pesos, isto é, determinará a média ponderada "por série", multiplicando-a em seguida pela extensão do curso, isto é, pelo número de séries dêste.

Eis os dois conjuntos de resultados:

ESTÁGIO ESCOLAR MÉDIO EM CADA UMA DAS EXTENSÕES VIRTUAIS DO ENSINO (1932/1941)

ESPECIFICAÇÃO	TEMPO MÉDIO DE ESTÁGIO ESCOLAR (Anos letivos)		
	Ensino urbano	Ensino rural	Em geral
I. Cômputo segundo a soma das escolaridades médias por aluno-ano "novo" na série, em cada uma das séries do currículo:			
Até a 3.ª série	5,738	5,353	5,528
» » 4.ª »	7,155	6,734	6,938
» » 5.ª »	8,519	8,142	8,308
II. Cômputo segundo a média ponderada por série, da escolaridade do aluno "novo", multiplicada pelo número de séries do currículo:			
Até a 3.ª série	6,015	6,000	6,006
» » 4.ª »	7,672	7,912	7,796
» » 5.ª »	9,515	9,880	9,700

Pode parecer, ao primeiro exame, que o segundo cômputo é menos exato, assumindo significação meramente formal. Isto porque, admitindo nossa organização escolar, como educação *para todos*, apenas o currículo de 3 séries, daí resultaria que o pêso das séries superiores, possìvelmente mais favorável quanto à escolaridade média, estaria diminuído no seu efeito tendente a baixar os resultados, visto não existirem na realidade tais séries em grande parte do território nacional.

Bem vistas as cousas, porém, a conclusão justa é no sentido contrário. Essa quase inacreditável média ponderada é a que exprime melhor a nossa defeituosa realidade, e exatamente em virtude daquela mesma circunstância, cujo efeito é o oposto do que parece. A escolaridade média da 4.ª e 5.ª séries é muito baixa, não em virtude da facilidade ou eficiência do seu ensino, mas da seleção do discipulado, a qual resulta da evasão mais intensa que ocorre nessas fases do currículo. Não se trata aqui da queda brusca do corpo discente na passagem da 3.ª para a 4.ª série e desta para a 5.ª, em conseqüência às sucessivas retrações do discipulado, ocasionada pelo menor número das escolas em que tais séries existem. O que ocorre é a evasão real onde funcionam êsses períodos do ensino, evasão que motiva uma escolaridade média relativamente fraca, visto que a repetência se torna proporcionalmente muito menor devido à alta seleção social e intelectual do remanescente discipulado que se conserva inscrito nessas séries. E o menor pêso que elas oferecem, longe de exagerar o resultado, retifica-o, em verdade, pois permite que o maior pêso trazido pelo discipulado das 3 primeiras séries alcance a real significação que deve ter no cômputo abrangente de todo o ensino escolar. De onde a sua aptidão para exprimir melhor a realidade que se busca, e à qual não há como fugir, pois cumpre que a Nação a enfrente virilmente, sem procurar sofismá-la através de números que a deixem enganosamente entrever em condições mais atenuadas.

De qualquer forma, porém, os índices numéricos revelam o período exorbitantemente dilatado do estágio escolar que se faz necessário, ou que é tolerado, em nosso sistema educacional, para que um aluno percorra as várias etapas do curso de 3, 4 ou 5 séries, demorando-se aí o tempo médio que a nossa defeituosa dinâmica escolar estabelece.

Êsse tempo médio, contudo, resulta dos estágios escolares verificados independentemente da aprovação em cada série. E assim cumpre registremos o quanto se ampliam ainda mais êsses já tão dilatados períodos, quando no seu cômputo se introduz a consideração daquela circunstância. Como se vê, confrontando com êstes os dados anteriores, concernentes ao aluno-ano da geração média dos "novos", os resultados agora obtidos são sensìvelmente mais elevados, excetuada apenas a média da 1.ª série no ensino urbano. A excessiva repetência, nessa série, sòmente nas escolas das cidades consegue ter algum efeito prático — tornar menor a respectiva escolaridade de um aluno aprovado em relação à do aluno "novo", ou seja, levar as aprovações a um nível um pouco mais alto que o dos alunos-ano na matrícula de novos.

São êstes os valores médios, em cada uma das séries, para um aluno aprovado:

SÉRIES	ANOS LETIVOS		
	Ensino urbano	Ensino rural	Todo o ensino
1.ª série	2,441	3,001	2,750
2.ª »	1,729	1,835	1,778
3.ª »	1,588	1,709	1,635
4.ª »	1,435	1,477	1,444
5.ª »	1,455	1,662	1,483

Observa-se aqui òbviamente o fato — no mesmo sentido — correlato ao rápido declínio das médias à medida que se sobe na sucessão das séries. E nisto se sente melhor a conjugação dos dois fatôres que interferem no fenômeno. Nas séries superiores, o rendimento escolar, talvez já normalmente melhor em virtude da idade mais elevada dos alunos, tende a elevar-se, e, portanto, vem a dispender uma escolaridade média menor, conseqüentemente à severa triagem a que a evasão submete os efetivos discentes nas fases superiores do curso. E isto tanto mais se acentua quanto mais pronunciada se vai tornando a influência do outro fator — a fadiga dos alunos que atingem as séries superiores com elevada escolaridade pregressa. Donde resulta que não ocorre a inflação da repetência em condições normais, isto é, que influencie no sentido de dar relativa uniformidade à escolaridade média nas diferentes etapas do curso.

Tomando-se agora, correlatamente ao que fizemos com a escolaridade média por aluno novo em cada série, os tempos médios que foram necessários, no decênio, ao rendimento de um aluno pronto em cada têrmo final das extensões típicas do ensino, obtemos os valores do seguinte quadro:

TRABALHO ESCOLAR DISPENDIDO PARA A FORMAÇÃO DE UM ALUNO PRONTO, EM CADA UMA DAS EXTENSÕES VIRTUAIS DO ENSINO — 1932/1941

ESPECIFICAÇÃO	MÉDIA DO TRABALHO ESCOLAR DISPENDIDO POR ALUNO PRONTO (Alunos-ano)		
	Ensino urbano	Ensino rural	Todo o ensino
I. Cômputo segundo a soma das escolaridades médias, por aluno aprovado na série, em cada uma das séries do curriculo:			
Até a 3.ª série	5,758	6,545	6,163
» » 4.ª »	7,193	8,022	7,607
» » 5.ª »	8,648	9,684	9,090
II. Cômputo segundo a média verificada por série, da escolaridade do aluno "aprovado", multiplicada pelo número de séries do curriculo:			
Até a 3.ª série	6,042	7,422	6,723
» » 4.ª »	7,716	9,732	8,652
» » 5.ª »	9,585	12,145	10,760

Pela mesma consideração já exposta, é mais exato — por inverossimil que pareça — o cômputo da segunda parte da tabela, cujos resultados se baseiam na média ponderada da escolaridade por série. E êstes números — tão clamoroso é o seu alcance — seriam inacreditáveis se não tivessem por si a lógica de uma rigorosa dedução.

III. PRIMEIRAS CONCLUSÕES

A realidade do ensino primário brasileiro (referimo-nos sempre, aqui — recorde-se — ao ensino primário fundamental comum) é, pois, muito outra daquela que os números brutos aparentam, devido à inexatidão dos registros de origem. Foram realmente "novos", apenas 6 124 294 (2 356 172 na população urbana e 3 768 122 na rural), com uma diferença real para menos em relação ao limite teórico, de 3 906 625, ou 38,95%, taxa essa que é a média ponderada das

taxas anuais do *deficit*. Tais resultados variaram com tendência regressiva bastante tarda, e com flutuações mínimas, de 44,53% em 1932 a 35,00% em 1941. Donde, portanto, a ascenção média anual, para o discipulado, de menos de 1 ponto (0,95) na escala centesimal da porporcionalidade. Progressão — como se vê — que, se não se retardar (e é provável que se retarde, ou mesmo se detenha, ao aproximar-se do limite), exigirá mais de 35 anos para atingir o seu *optimum* (ou seja, ainda, o limite das inscrições, apenas, e não o do rendimento).

Relembre-se também que o êrro sistemático, ora retificado, teve como expressão proporcional, no período, relativamente ao efetivo aparente da matrícula de novos na 1.ª série, a taxa de 46,95% (48,88% na zona urbana e 45,66% na zona rural), a representar alunos na verdade "repetentes" mas irregularmente inscritos, durante anos sucessivos, como "novos" na 1.ª série, devido à circunstância de não terem sido reprovados.

Elucidado êsse ponto, ressaltam dois fatos de transcendente importância para orientar a política pedagógica brasileira no terreno da educação popular.

O primeiro é que não temos — nem poderíamos ter — aquela absurda recuperação que a miragem dos registros errados nos fazia supor, a exprimir uma capacidade escolar 15,08 % acima do limite teórico, se considerado globalmente o período; capacidade que teria partido de um pequeno *deficit* de 6,00%, em 1932, para daí em diante substituir-se por um *superavit*, o qual chegou a ser de 18,28 % em 1941, depois de haver flutuado em tôrno de 25 % em anos anteriores.

Mas, se tal superação do limite não existe, o certo é que, nesse particular, — e apesar de tudo — já caminhamos muito. Em 1941, certamente bem mais da metade da população brasileira tomada em globo já estava provadamente nucleada e distribuída em condições de mandar seus filhos à escola, nas proporções, relativamente a cada geração, de 94,81% nas áreas urbanas e 53,98% nas áreas rurais. E o poder público — de uma certa maneira, auspiciosamente — já proporcionou escolas (ainda que, sob todos os pontos de vista, mesquinhas escolas, na grande maioria) a dois terços do universo infantil escolarizável.

Outro fato é que o povo brasileiro já compreendeu a necessidade da educação primária. E busca-a ansiosamente. Mesmo com inauditos sacrifícios e admirável persistência, sem embargo dos desanimadores resultados obtidos. Revela-o a escolaridade média no período considerado, para o curso de 3 séries. Essa escolaridade verificou-se ser (depois da retificação efetuada), — não de cêrca de 2 anos letivos, como levava a supor a incrível inflação dos novos, — mas realmente de 3,625 anos letivos por criança inscrita como aluno novo na 1.ª série (nada menos de 4,286 no ensino urbano e 3,212 no ensino rural). E confirma-o — demonstrando que essa persistência não é sequer uma atitude recente — o fato de que a média ponderada no período, que foi aquela de 3,625 anos letivos, ficou expressa em pouco menos, ou 3,610, em 1941.

Êsse resultado traduz o trabalho escolar médio que a Nação despende cada ano correspondentemente a cada criança inscrita pela primeira vez nos registros escolares. Ou seja, interpretando-se o fato sob o ponto de vista do infante, o tempo médio da sua permanência na escola. Tempo êsse que, — ninguém hesitará em afirmá-lo — se houvesse um bom ensino, em agasalhador ambiente escolar e acompanhado da indispensável obra de assistência e atratividade social sôbre o discipulado e suas famílias, permitiria de sobra a educação em um curso de 3 séries, *mesmo no ensino rural*. E êsse curso de 3 séries, poderia ser uma bem razoável preparação para a vida; embora ainda não, de modo específico, a preparação em verdade necessária para uma existência digna, de amplo horizonte social, baseada no trabalho qualificadamente exercido mediante adequada preparação escolar de sentido profissional.

Não se trata aqui de outra miragem, de mais uma aparência enganadora. Estamos agora diante de um fato: a verdade que os números exprimem sempre, desde que sejam devidamente interpretados. Não é, como pode parecer, a influên-

cia falaz da escolaridade da 4.ª e da 5.ª séries, a perturbar o julgamento que formulamos. Se examinarmos, separada e sucessivamente, a escolaridade até a 3.ª série, até a 4.ª e até a 5.ª, em correspondência com o respectivo discipulado virtual (considerado em cada caso o currículo escolar uniforme em todo o país, de 3, de 4 ou de 5 séries), os resultados exprimiriam aquela verdade mais gritantemente, sem embargo de não existir ainda o ensino das séries superiores à 3.ª ao alcance da totalidade — ou ao menos da maior parte — do corpo discente.

A escolaridade média acusou, efetivamente, como o revela o quadro inserto no parágrafo precedente, os seguintes expressivos valores:

EM MÉDIA, NO DECÊNIO	Anos letivos
Até a 3.ª série	3,625
» » 4.ª »	3,879
» » 5.ª »	3,921

A permanência média das crianças brasileiras nos bancos escolares até a 3.ª série foi no decênio, pois, e ainda é — podemos afirmá-lo —, a rigor suficiente, em boa organização escolar, para o curso de 3 anos. A que abrange até a 4.ª ou até a 5.ª série, não bastaria para o curso de 4 anos. Nem poderia bastar, uma vez que tais séries só existem em uma parte do país. Mas seria ainda mais folgadamente bastante para um curso de 3 séries.

Considerados separadamente o "ensino rural" e o "ensino urbano", — sendo êste, na caracterização da nossa estatística educacional, o ensino dos quadros urbanos e suburbanos das cidades (as sedes municipais), — encontram-se resultados impressionantemente altos no segundo, em correspondência a um pequeno rebate nas médias do primeiro, que é o mais volumoso, pois o discipulado do ensino rural, não obstante prevalecer no ensino urbano a maior extensão do curso, representava, em 1932, 48% do total, em 1941, 51%, e em média, para todo o período, 52%. Mostra-o o seguinte esquema de valores, como médias ponderadas dos resultados anuais constantes da aludida tabela:

NO DECÊNIO	EM MÉDIA, NO DECÊNIO (Anos letivos)	
	Ensino urbano	Ensino rural
Até a 3.ª série	4,286	3,212
» » 4.ª »	4,812	3,295
» » 5.ª »	4,907	3,305

Os números dispensam aqui qualquer comentário. Porque, — repetimos e agora está provado — no que depende da persistência dos alunos no esfôrço de aprendizagem *não sòmente nas cidades,* mas também nas vilas e pequenos povoados, a escolaridade média dos alunos inscritos bastaria, numa boa organização, para o ensino de 3 séries, que a todos fôsse assegurado.

Entretanto, a escola brasileira deixa de ensinar e educar como devia; não propicia desde a 1.ª série o êxito razoável a cada criança; e acaba repelindo o discipulado, não obstante a comprovada "aderência" dêste aos bancos escolares, por bem mais de quatro anos, no ensino urbano, e por quase quatro, em média geral para todo o ensino.

A causa disto? Aponta-a a estatística de maneira impressionante: é a ineficiência do ensino. A atuação da escola, em vez de aproveitar, sob salutares estímulos, a tenacidade do discipulado, transforma-a em estagnação patológica, que se traduz por enorme repetência, máxime na 1.ª série, a repercutir nas séries superiores como aparente evasão escolar, quando esta é, em verdade, a desistência fatigada dos alunos após prolongado insucesso. Donde decorre, também, a minimidade do rendimento em conclusões de curso, ao têrmo de um longo mas baldado tirocínio didático, a que em grande parte não corresponde, siquer, a aprovação da 1.ª série, ou seja a mais rudimentar alfabetização em que se possa pensar.

Os índices dêsse aspecto escolar são lastimáveis. Lastimáveis mesmo no confronto com o que *poderiam* ser em decorrência do real discipulado, sem embargo da sua progressiva deserção. Lastimáveis, sobretudo, em relação ao que *deveriam* ser para atender à verdadeira educação do nosso povo.

A repetência, como fenômeno coletivo na atividade da escola, é a medida daquele trabalho escolar suplementar necessário a fim de que os universos escolarizados em cada série possam dar o seu rendimento normal, expresso no volume das ondas demográficas que devem abastecer a pleno efeito os patamares superiores do curso ou, no último dêles, o efetivo integral de crianças educadas. Assim, o rendimento em aprovações, abstração feita do obituário, e considerado o ensino em globo, *deve* teòricamente ser igual (ou quase igual) à matrícula geral de novos na série imediata do ano seguinte. E essa matrícula geral, por sua vez, é condicionada pelo efetivo da geração escolar de idade mais baixa que se possa formar depois de atendida a repetência da série ou séries anteriores. (As transferências de escola — aliás, em pequeno número — ainda não podem ser tomadas em consideração, por falta do competente registro.)

Pode-se bem avaliar o aspecto duplamente vicioso (inflação da repetência e não conclusividade do ensino) da nossa organização escolar, com o auxílio dos números que se seguem, referentes à "escolaridade" (semi-soma da matrícula geral e da matrícula efetiva), no período de 1932/1941 considerado globalmente, tomando-se o resultado da 1.ª série igual a 100:

ESCOLARIDADE		NÚMEROS ÍNDICES		
		1ª série	2ª série	3ª série
Ensino urbano	Alunos novos	100,00	77,92	57,27
	» repetentes	155,82	48,85	31,60
Ensino rural	Alunos novos	100,00	48,07	25,48
	» repetentes	138,00	23,06	12,55
TOTAL	**Alunos novos**	**100,00**	**59,43**	**37,58**
	» repetentes	**144,80**	**32,87**	**20,35**

Eis aí a alarmente "perda de substância" que se vem verificando irredutìvelmente, por um lado, a par de um supérfluo congestionamento do outro, resultando dessas anomalias patológicas um rendimento baixíssimo no ensino primário brasileiro, como "test" iniludível de sua impressionante ineficiência. Se não também, possìvelmente, da má distribuição da matéria no currículo.

Vê-se bem que a repetência na 1.ª série é de cêrca de uma vez e meia a escolaridade dos "novos", elevando o estágio médio de um aluno na série *a quase três anos*. E se essa anomalia não se verifica com igual intensidade nas demais séries, é porque — como já assinalamos — os alunos, desestimulados, e afinal

fatigados, reagem pela deserção em massa, a qual, se é prematura quanto aos resultados que a educação se destina a produzir, não o é quanto ao tempo da vida de cada infante que essa inútil escolaridade absorve e consome em repetidos insucessos nos exames de promoção à 2.ª série. Donde a violenta seleção do discipulado das séries superiores, a aparentar, nas razoáveis taxas de repetência, um aproveitamento inexistente, — ou que só existiu para um pequeno grupo —, mascarando o aspecto penoso da realidade, o qual, entretanto, logo reponta na minimidade das aprovações em relação ao seu limite virtual decorrente da matrícula na 1.ª série. E note-se que essa queda brusca e crescente da população escolar, nas séries ulteriores à primeira, ocorre mesmo em relação à 2.ª e à 3.ª, isto é, até onde as oportunidades são pràticamente iguais para todos.

O decréscimo correlato nas aprovações faz que estas desçam a limites incrìvelmente baixos. Sendo de 90 % a relação normal das aprovações na 3.ª série em confronto com os "novos" de 1.ª, que atingiram a 6 124 294, a capacidade virtual da nossa escola primária no decênio teria sido aproximadamente de 5 511 865 infantes. E havendo sido 9 025 931 as crianças que cumpriria houvessem sido educadas, correspondentes ao quantitativo da população de 12 anos no decênio de 1933 a 1942, conclui-se que as aprovações na 3.ª série, que foram 1 974 907, podendo ter sido 5 511 865, ou 61%, do seu limite teórico, não passaram, entretanto, de 36% do que deveriam ter sido em face do próprio volume das gerações escolarizadas no período considerado. E assim, em todo o decênio não excederam 22%, ou pouco mais de um quinto, do rendimento que a Nação *devera* ter obtido se sua educação popular já se encontrasse à altura das responsabilidades sociais e políticas que lhe são inerentes.

Mas tão grande ineficiência ocorreu, acaso, por culpa dos alunos? ou das famílias? Não; por culpa exclusiva da organização escolar. A Nação — agora já se vê isto inequìvocamente — vem cumprindo o seu dever onde quer que disponha de escola aonde mandar os seus filhos. Mas a Escola não tem cumprido o seu, deixando de educar as crianças que a Nação *de fato* lhe confia ao levá-las à inscrição insistentemente — e por certo sob penosos sacrifícios — mas em pura perda. Ou melhor: com duplicado prejuízo. Porque o que as crianças procuram obter não passa de um simulacro de educação, sem a devida assistência, sem o estímulo da ascensão que devera decorrer das aprovações, e com resultados práticos, sob o ponto de vista social e econômico, antes negativos que positivos. A Nação sofre, assim, pela não educação de suas novas gerações, e sofre, ainda, pelo empobrecimento resultante do custeio de uma obra frustra. Frustra... não é ainda tôda a verdade. Porque a tentativa inacabada é de pernicioso sentido social, dados os desajustamentos que ela provoca devido à circunstância de iniciar-se nesse fracassado processo educativo uma transição ou transmutação de valores que se não controla, e não termina, como fôra mister, por um reajustamento em nível mais alto.

IV. O "METRO" DA NORMALIDADE ESCOLAR BRASILEIRA NO DECÊNIO 1932/1941

Tôdas essas verdades mais se evidenciam no confronto um pouco mais detalhado entre o discipulado e o rendimento realmente verificado, de um lado, e, de outro, entre o discipulado e o rendimento que deveriam ter sido dados à Nação, visando, como de mister, à integral educação dos seus infantes, no grau elementar.

Foram prolongadas e minuciosas as pesquisas que se efetuaram no intuito de determinar, para as várias fases do trabalho educativo primário, aquelas relações estruturais e funcionais do nosso "complexo escolar", que se pudessem considerar "normais", na situação social e econômica em que vive o povo brasileiro. A justificativa do método adotado e das diretivas preferidas para levantar

nossa escolaridade padrão expressa naquelas relações, é objeto de um outro estudo que dedicamos especialmente ao assunto, como contribuição pessoal para a metodologia da estatística educacional considerada no seu aspecto social e administrativo. Por isso não a formulamos na presente exposição. Mas será interessante referir além dos que já ficaram indicados, mais alguns dos dados que apoiam ou exprimem a "normalidade" a caracterizar.

*

A escolarização correspondente a um determinado currículo didático, quando destinada a abranger totalmente (ou quase totalmente), como é o caso do ensino primário, as sucessivas gerações sociais que atingem a idade escolar, deve representar-se pelo volume do seu discipulado virtual, isto é, todos os infantes ou jovens compreendidos entre a idade mínima para a inscrição e a que traduzir, em relação a essa, o limite do tempo médio necessário a que cada aluno realize com êxito o tirocínio escolar previsto. Êsse período, porém, terá de ser fixado de acôrdo com as condições intelectuais e sociais médias do discipulado, atendida também a eficiência média do ensino.

Nas atuais condições do Brasil, não se poderia ainda exigir muito quanto ao encurtamento dêsse tempo médio da escolaridade, e tudo sugere a contingência de não se presumir, até completa modificação das condições atuais por obra da própria escola, que o ensino primário pudesse ser ministrado, com rendimento integral, mediante escolaridades médias inferiores a 5,0, 6,6 e 8,0 anos, respectivamente para os currículos de 3, 4 ou 5 séries, predominantes na organização brasileira da educação popular.

Na conformidade dêsse pressuposto, os cômputos realizados demonstram que seria demasiado ambicioso qualquer projeto tendente à instituição de um sistema escolar destinado a ministrar sistemàticamente uma educação primária exigente de 4 ou 5 séries. Porque, em verdade, se a educação de 3 séries já exige, na melhor das hipóteses, — e mesmo num ensino já bastante melhorado em relação ao atual — o tempo médio de 5 anos, tempo que importa na escolarização simultânea e total de 5 gerações (de 7 a 11 anos), a de 4 séries reclamaria, segundo dedução análoga, um tempo médio de 6,6 anos letivos, com a população escolar correspondente, portanto, às idades de 7 a 12 anos e uma parte (0,60) da de 13; enquanto a educação de 5 séries reclamaria a escolaridade de 8 anos, e, logo, a população escolar quantitativamente expressa pela soma dos contingentes de 7 a 14 anos, que orçam por quase 20% da população total e compreenderiam, agora, para uma população média de 46 725 988 habitantes, nada menos que 8 984 597 infantes, ou seja bem mais do dôbro dos 3½ milhões a que deve atingir escassamente o discipulado atual da nossa escola primária.

Assim, torna-se óbvia, repetimos, a impossibilidade material de se preferir agora, para uma ampla reforma do ensino primário, qualquer dos objetivos que subentendam um currículo de mais de 3 séries para o ensino primário. E como ainda é enorme o esfôrço que exige a própria reestruturação do sistema triseriado, — que também não pode ser reduzido sob pena de retirar-se à educação do povo, todo sentido de justiça e melhoria social, — parece claro também que seria grave êrro manterem-se sistemas parciais de objetivos mais amplos. Sem embargo, — diga-se de passagem — onde as circunstâncias forem acaso favoráveis, êsse aprofundamento da obra educativa se poderia fazer por meio de cursos complementares de 1 ou 2 anos, instituídos em condições especiais e na medida do que fôsse exigido pelo preparo das gerações a serem de fato encaminhadas para o ensino médio. Mas isto mesmo, na justa conformidade dos recursos disponíveis e a êsse fim especìficamente destinados, sem que o custeio de tal ensino viesse a prejudicar ou retardar de alguma sorte o impulso a ser dado à educação popular pròpriamente dita.

Por conseguinte, na intenção de realizar trabalho prático, o presente capítulo só focalizará a situação do ensino elementar de 3 séries.

*

Eis, para o decênio de 1932/1941, os resultados reais, em números absolutos, do ensino primário brasileiro, para o currículo de 3 séries, correspondentes ao mínimo admissível como obra útil de educação elementar:

RESULTADOS REAIS		1.ª série	2.ª série	3.ª série	Nas 3 séries
Matrícula geral	Novos	6 124 294	3 633 141	2 287 700	12 041 135
	Repetentes	8 872 595	2 011 289	1 205 898	12 089 782
	Total	**14 996 889**	**5 644 430**	**3 493 598**	**24 134 917**
Matrícula efetiva	Novos	5 132 327	3 056 684	1 942 256	10 131 267
	Repetentes	7 426 629	1 689 240	1 023 183	10 139 052
	Total	**12 558 956**	**4 745 924**	**2 965 439**	**20 270 319**
Aprovações		**5 010 467**	**2 922 021**	**1 974 907**	**9 907 395**

Os resultados "normais", isto é, os que se deveriam ter verificado na hipótese de uma capacidade e rendimento de acôrdo, a um só tempo, com as necessidades e as possibilidades do país, de maneira que houvessem sido educadas, cento por cento, as sucessivas gerações em aprêço, são êstes:

RESULTADOS NORMAIS		1.ª série	2.ª série	3.ª série	Nas 3 séries
Matrícula geral	Novos	10 030 919	9 582 083	9 191 760	28 804 762
	Repetentes	7 326 494	6 093 070	5 433 171	18 852 735
	Total	**17 357 413**	**15 675 153**	**14 624 931**	**47 657 497**
Matrícula efetiva	Novos	9 978 889	9 543 063	9 160 471	28 682 423
	Repetentes	7 293 577	6 070 687	5 415 558	18 779 822
	Total	**17 272 466**	**15 613 750**	**14 576 029**	**47 462 245**
Aprovações		**9 788 298**	**9 389 560**	**9 025 931**	**28 203 789**

Se relacionarmos, respectivamente, todos os têrmos de cada uma dessas estruturas com os efetivos dos "novos" da 1.ª série, na matrícula geral, apreender-se-á melhor o comportamento de uma e outra, e, logo, o afastamento, por falta ou excesso, da estrutura real em relação ao nível da normalidade prudentemente postulada neste estudo, mas já então interpretado tal afastamento na interdependência dos vários elementos da situação quanto ao têrmo fundamental.

A composição do movimento real assim se apresenta:

MOVIMENTO REAL		1.ª série	2.ª série	3.ª série	Nas 3 séries
Matrícula geral	Novos	100	59	38	197
	Repetentes	145	33	19	197
	Total	245	92	57	394
Matrícula efetiva	Novos	84	50	31	165
	Repetentes	121	27	18	166
	Total	205	77	49	331
Aprovações		82	48	32	162

Já a configuração normal se exprime nos índices seguintes:

MOVIMENTO NORMAL		1.ª série	2.ª série	3.ª série	Nas 3 séries
Matrícula geral	Novos	100	95	92	287
	Repetentes	73	61	54	188
	Total	173	156	146	475
Matrícula efetiva	Novos	99	96	91	286
	Repetentes	73	60	54	187
	Total	172	156	145	473
Aprovações		98	93	90	281

Evidencia-se aqui, logo ao primeiro exame:

— a absurda inflação da repetência na 1.ª série;

— a posição duplamente imprópria da repetência da 2.ª série, que é menor do que devia ser, em face dos novos da 1.ª série, mas é exagerada em relação ao diminuto discipulado de "novos" na série a que corresponde;

— a repetência na 3.ª série é excessivamente minguada não só quanto à posição virtual que lhe decorre do movimento da 1.ª série, como ainda em relação à escassa matrícula de novos a que serve de complemento, resultando isso da violenta evasão que seleciona o quadro discente da série;

— as aprovações afastam-se progressiva e ràpidamente do seu limite virtual criado pela posição da 1.ª série, mas além disso, devendo ser seu efetivo quase igual à matrícula de "novos" em cada série, e não obstante êsse têrmo de referência afastar-se em regressão rápida dos limites impostos pela posição virtual do universo escolar, ainda vem cair bem abaixo dêsse já deprimido limite.

*

Todavia, para tornar mais sintética e expressiva esta apreciação, tomemos agora o trabalho escolar (a semi-soma da matrícula geral e da matrícula efetiva) e o rendimento em aprovações numa e noutra das estruturas, verificando como se relacionam entre si os têrmos que se correspondem. Façamo-lo, porém, considerando separadamente e em conjunto o ensino urbano e o rural.

Fixemos, primeiro, os números absolutos da escolaridade, acrescentando, para reavivar as conclusões já anteriormente obtidas, as médias respectivas (por série), tanto para cada unidade do universo médio de "novos", como "por aprovação".

Eis os resultados que a estatística retificada nos oferece:

RESULTADOS REAIS DA ESCOLARIDADE TOTAL E MÉDIA — 1932/1941

ENSINO E SÉRIES		ESCOLARIDADE, EM ANOS LETIVOS (Matrícula média)			Aprovações	MÉDIAS	
		Novos	Repetentes	Total		Por aluno-ano (dos novos)	Por aprovação
Ensino urbano	1.ª.....	2 142 043,0	3 338 400,5	5 480 443,5	2 245 489	2,559	2,441
	2.ª.....	1 669 080,5	1 046 318,0	2 715 398,5	1 570 777	1,627	1,729
	3.ª.....	1 226 837,0	676 922,0	1 903 759,0	1 199 146	1,552	1,588
	Total	**5 037 960,5**	**5 061 640,5**	**10 099 601,0**	**5 015 412**	**2,005**	**2,014**
Ensino rural..	1.ª.....	3 486 267,5	4 811 211,5	8 297 479,0	2 764 978	2,380	3,001
	2.ª.....	1 675 832,0	803 946,5	2 479 778,5	1 351 244	1,480	1,835
	3.ª.....	888 141,0	437 618,5	1 325 759,5	775 761	1,493	1,709
	Total	**6 050 240,5**	**6 052 776,5**	**12 103 017,0**	**4 891 983**	**2,000**	**2,474**
RESUMO....	1.ª.....	5 628 310,5	8 149 612,0	13 777 922,5	5 010 467	2,448	2,750
	2.ª.....	3 344 912,5	1 850 264,5	5 195 177,0	2 922 021	1,553	1,778
	3.ª.....	2 114 978,0	1 114 540,5	3 229 518,5	1 974 907	1,527	1,635
	Total	**11 088 201,0**	**11 114 417,0**	**22 202 618,0**	**9 907 395**	**2,002**	**2,241**

Passemos a registrar o movimento que a escola brasileira deveria apresentar:

RESULTADOS PADRÕES (TEÓRICOS) DA ESCOLARIDADE TOTAL E MÉDIA — 1932/1941

ENSINO E SÉRIES		ESCOLARIDADE, EM ANOS LETIVOS (Matrícula média)			Aprovações	MÉDIAS	
		Novos	Repetentes	Total		Por aluno-ano (dos novos)	Por aprovação
Ensino urbano	1.ª.....	2 480 968,5	1 812 708,0	4 293 676,5	2 427 257	1,731	1,769
	2.ª.....	2 371 282,0	1 508 157,5	3 879 439,5	2 328 381	1,636	1,666
	3.ª.....	2 275 449,0	1 345 109,0	3 620 558,0	2 238 208	1,591	1,618
	Total	**7 127 699,5**	**4 665 974,5**	**11 793 674,0**	**6 993 846**	**1,655**	**1,686**
Ensino rural..	1.ª.....	7 523 935,5	5 497 327,5	13 021 263,0	7 361 041	1,731	1,769
	2.ª.....	7 191 291,0	4 573 721,0	11 765 012,0	7 061 179	1,636	1,666
	3.ª.....	6 900 666,5	4 079 255,5	10 979 922,0	6 787 723	1,591	1,618
	Total	**21 615 893,0**	**14 150 304,0**	**35 766 197,0**	**21 209 943**	**1,655**	**1,686**
RESUMO....	1.ª.....	10 004 904,0	7 310 035,5	17 314 939,5	9 788 298	1,731	1,769
	2.ª.....	9 562 573,0	6 081 868,5	15 644 451,5	9 389 560	1,636	1,666
	3.ª.....	9 176 115,5	5 424 364,5	14 600 480,0	9 025 931	1,591	1,618
	Total	**28 743 592,5**	**18 816 278,5**	**47 559 871,0**	**28 203 789**	**1,655**	**1,686**

NOTA — As bases para a dedução dos resultados "normais" não estabelecem diferença, no interrelacionamento dos fatôres do movimento escolar, que tomem em consideração características específicas do ensino conforme sua localização.

Deduzindo-se agora as razões entre a "realidade" e a "normalidade", encontramos o seguinte:

RAZÕES DA "REALIDADE" SÔBRE OS "PADRÕES"			1ª série	2ª série	3ª série	Nas 3 séries
No ensino urbano	Da escolaridade absoluta	Novos	0,863	0,704	0,539	0,707
		Repetentes	1,842	0,694	0,503	1,085
		Total	**1,276**	**0,700**	**0,526**	**0,856**
	Das aprovações		0,925	0,675	0,536	0,717
	Da escolaridade média	Por aluno novo	1,478	0,994	0,975	1,211
		» » aprovado	1,380	1,038	0,981	1,195
No ensino rural	Da escolaridade absoluta	Novos	0,463	0,233	0,129	0,280
		Repetentes	0,875	0,176	0,107	0,428
		Total	**0,637**	**0,211**	**0,121**	**0,338**
	Das aprovações		0,376	0,191	0,114	0,231
	Da escolaridade média	Por aluno novo	1,375	0,950	0,938	1,208
		» » aprovado	1,696	1,101	1,056	1,467
RESUMO	**Da escolaridade absoluta**	**Novos**	**0,563**	**0,350**	**0,230**	**0,386**
		Repetentes	**1,115**	**0,304**	**0,205**	**0,591**
		Total	**0,796**	**0,332**	**0,221**	**0,467**
	Das aprovações		**0,512**	**0,311**	**0,219**	**0,351**
	Da escolaridade média	**Por aluno novo**	**1,414**	**0,949**	**0,960**	**1,210**
		» » aprovado	**1,555**	**1,067**	**1,011**	**1,329**

Não é sòmente o cotejo entre os têrmos absolutos das duas estruturas o que interessa estabelecer, senão também suas relações típicas. O confronto nos dá os seguintes índices:

RELAÇÕES PERCENTUAIS		1ª série	2ª série	3ª série	Nas 3 séries
Resultados reais	Da matrícula média de repetentes sôbre a matrícula média de novos	144,80	55,32	52,70	100,25
	Da matrícula efetiva sôbre a matrícula geral	83,74	84,08	84,88	83,99
	Das aprovações sôbre a matrícula efetiva	39,90	61,57	66,60	48,88
Resultados normais	Da matrícula média de repetentes sôbre a matrícula média de novos	73,06	63,60	59,11	65,46
	Da matrícula efetiva sôbre a matrícula geral	99,51	99,61	99,67	99,59
	Das aprovações sôbre a matrícula efetiva	56,67	60,14	61,92	59,42

Por fim, definamos precisamente a proporção entre a "realidade" e a "normalidade". Mas atenda-se a que, sendo esta, de fato, a "necessidade", logo, há de ser, também, a "possibilidade" e a "exigibilidade".

Eis as "medidas" (em cujo exato sentido, advirta-se, cumpre atentar para evitar fácil equívoco) dos resultados alcançados pela escola primária brasileira nos dez anos já cobertos pela nossa estatística educacional:

ÍNDICES PERCENTUAIS		1ª série	2ª série	3ª série	Nas 3 séries
Das relações reais sôbre as normais	Entre as taxas dos repetentes sôbre os novos	198,19	86,98	89,16	153,15
	Entre as taxas da matrícula efetiva sôbre a matrícula geral	84,15	84,41	85,16	84,34
	Entre as taxas das aprovações sôbre a matrícula efetiva	70,41	102,38	107,56	82,26

Como se torna evidente, a superação do limite quanto ao primeiro relacionamento tem sentido negativo; mas a posição oposta só aparentemente é positiva, isto é, corresponde a uma alta eficiência do ensino; pois se a repetência real é inferior aqui (nas 2.ª e 3.ª séries) ao normal, é devido a um rebate forçado e anômalo, conseqüente à evasão verificada, que, como já vimos, seleciona em alto grau o discipulado. Quanto ao segundo índice, sua crescente aproximação do limite tem sentido positivo; e negativo, o seu progressivo afastamento para menos, visto como, por definição, não pode exceder o limite, uma vez que exprime a posição de uma parte em face do todo. E quanto ao terceiro índice, seu significado é análogo ao do primeiro, mas em sentido inverso. Cresce em positividade real ao aproximar-se do limite, para adquirir uma super-excelência apenas aparente ao ultrapassar o *optimum*, desde que, então, passa a exprimir a anormal contração da matrícula efetiva, que deixa de incluir o contingente regular de repetentes, como conseqüência do prematuro abandono da escola pelo discipulado.

De sorte que, a penosa revelação dos números, quando traduzem a situação média do país no decênio, assim se pode concisamente referir, em proporção centesimal sôbre os respectivos limites:

EM SUA POSIÇÃO FINAL (Em percentagens da taxa padrão)	1ª série	2ª série	3ª série	Nas 3 séries
A escola brasileira deveria ter tido **menos** ou **mais** do que teve:				
— quanto à proporção da repetência	— 98,19	+ 13,02	+ 10,84	— 53,15
Poderia ter tido **mais** ou **menos** do que teve:				
— quanto à proporção do discipulado que permaneceu na escola ao têrmo de cada ano letivo	+ 15,85	+ 15,59	+ 14,84	+ 15,66
— quanto à proporção de aprovações	+ 29,59	— 2,38	— 7,56	+ 17,74

*

Não estaria completa a perspectiva que êsses números nos oferecem sem a consideração de duas hipóteses *muito* optimistas, ambas ainda relativas apenas ao aspecto *quantitativo* do problema de nossa educação popular.

A primeira é que, mesmo nos mais adiantados centros, e até nos estabelecimentos de maiores responsabilidades (é esta uma investigação que o INEP talvez venha a julgar conveniente realizar em têrmos rigorosos), o "ano letivo" tem

apenas — quando a tem — a duração de 8 meses, ou precisamente, quanto ao seu período *normal*, 245 dias. Nesses 245 dias, que perfazem 35 semanas, intercorrem 35 domingos. Em várias e extensas regiões, acrescem aos domingos mais 35 "suetos" de 5.ª feira; além de, no mínimo, e respectivamente para a zona urbana e para a zona rural (nesta preponderando as escolas de um só docente, onde, por isso mesmo, o não funcionamento da escola é mais freqüente), dois e quatro dias úteis mas sem aula, cada mês, por motivos diversos, fáceis de enumerar. Hipótese essa, aliás, que formulamos em têrmos muito favoráveis, dado que a escola deixa de funcionar não só nos dias santos importantes e nos feriados (federais, estaduais e municipais), mas ainda em inúmeros casos — e durante muitos dias, às vêzes, senão por meses a fio — devido a doença, ausência (regular ou não), ou ainda remoção do mestre (em grande maioria dos casos, do sexo feminino), o qual comumente permanece por largo tempo sem substituto.

Significam êsses fatos que, na melhor das suposições, dos 245 dias do "ano letivo", serão "dias letivos" *de fato*, não mais de 159 no ensino urbano e 143 no ensino distrital e rural (como dado médio, é claro). Donde resulta que, em cômputo sem dúvida alguma muito favorecido, o "ano letivo" da escola primária brasileira (não o ano de 12 meses, advirta-se, sim, como é óbvio, o de 8), é apenas de 65 % da sua duração nominal. Mas cumpre levar em conta, também, a infreqüência dos alunos, a qual ocasiona, em média, cêrca de 20 faltas em cada 100 dias letivos por "aluno-ano" (unidade da matrícula média).

Como isto representa a perda de um quinto dos "dias escolares" disponíveis, daquela duração já pouco expressiva para o trabalho didático restam-nos cêrca de 120 dias de aprendizagem e convivência escolar, constituindo o curtíssimo lapso de tempo anual dedicado à extensa e complexa obra de ensino, educação e socialização da criança, que a escola deve realizar. Obra essa que, apesar de tudo, suplementa em quase 100% (se é que não lhe cumpre, mesmo, mudá-la totalmente de sentido) a obra educativa do lar, a qual, como se sabe, não raro é ineficiente, quando não se apresenta de sentido francamente negativo, — e mesmo em alto grau por vêzes.

Isto explica em parte a enorme repetência e a minimidade do rendimento em aprovações, de que decorrem os três sombrios quadros que os números nos oferecem como resultado final da educação popular brasileira.

São êles:

— primeiro, o da distribuição das gerações escolares no decênio considerado, conforme o nível escolar atingido;

— segundo, o do exato sentido da educação média que coube a cada elemento das dez gerações consideradas;

— e, finalmente, o da caracterização ou alcance cultural do alfabetismo que os recenseamentos acusam.

*

Distribuição das gerações escolares — Considerando as diferentes possibilidades oferecidas aos nossos escolares do grau elementar, podemos distinguir, não sòmente as cinco etapas fundamentais correspondentes às séries, mas ainda quatro graus intermediários, expressos na freqüência de uma série sem o correlato aproveitamento; além do nível "zero", correspondente à não escolarização.

Distribuídos os 10 030 919 infantes que de 1932 a 1941 constituíram dez sucessivas "gerações escolares" — diríamos melhor, "gerações escolarizáveis", — e destacando o ensino urbano do rural segundo a conceituação já referida, temos o seguinte quadro:

DISTRIBUIÇÃO GLOBAL DAS 10 GERAÇÕES ESCOLARES CONSIDERADAS, SEGUNDO OS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO ALCANÇADOS PELOS SEUS COMPONENTES

NÍVEIS OU GRAUS ALCANÇADOS (Conforme as etapas escolares referidas na coluna e interpretadas no texto)	ENSINO URBANO		ENSINO RURAL		TODO O ENSINO	
	Número de crianças	%	Número de crianças	%	Número de crianças	%
Parte não escolarizada — 0	131 247	5,28	3 775 378	50,05	3 906 625	38,95
Parte escolarizada — 1	110 683	4,45	1 003 144	13,30	1 113 827	11,10
2	422 520	16,99	954 806	12,66	1 377 326	13,73
3	252 192	10,14	458 928	6,08	711 120	7,09
4	240 644	9,67	393 677	5,22	634 321	6,32
5	130 987	5,27	181 806	2,41	312 793	3,12
6	260 043	10,45	531 854	7,05	791 897	7,89
7	75 934	3,05	32 524	0,43	108 458	1,08
8	688 172	27,67	181 017	2,40	869 189	8,67
9	22 130	0,89	6 576	0,09	28 706	0,29
10	152 867	6,14	23 790	0,31	176 657	1,76
Total	**2 356 172**	**94,72**	**3 768 122**	**49,95**	**6 124 294**	**61,05**
TOTAL GERAL	**2 487 419**	**100,00**	**7 543 500**	**100,00**	**10 030 919**	**100,00**
Do qual (em resultados acumulados):						
Acima de 0	2 356 172	94,72	3 768 122	49,95	6 124 294	61,05
» » 1	2 245 489	90,27	2 764 978	36,65	5 010 467	49,95
» » 2	1 822 969	73,29	1 810 172	24,00	3 633 141	36,22
» » 3	1 570 777	63,15	1 351 244	17,91	2 922 021	29,13
» » 4	1 330 133	53,47	957 567	12,69	2 287 700	22,81
» » 5	1 199 146	48,21	775 761	10,28	1 974 907	19,69
» » 6	939 103	37,75	243 907	3,23	1 183 010	11,79
» » 7	863 169	34,70	211 383	2,80	1 074 552	10,71
» » 8	174 997	7,04	30 366	0,40	205 363	2,05
» » 9	152 867	6,15	23 790	0,32	176 657	1,76

Essa é a composição real da grande massa de valores humanos que, supostamente desenvolvidos e melhorados pela escola, a Nação Brasileira incorporou, no decurso de um decênio, ao efetivo adulto da sua população. Como se vê, apenas pouco mais da metade do contingente urbano, e menos de um oitavo do rural, perfazendo a quota geral de bem menos de um quarto, ainda, da massa global, foram ou tentaram ir além daquele ponto que se caracteriza pela aprovação na 2.ª série. E tão sòmente a metade na zona urbana, um décimo na zona rural e menos de um quinto no país todo, atingiram ou ultrapassaram a 3.ª série, que é, sem exagêro, o limite inferior daquilo a que poderemos chamar "educação primária".

Entretanto, já procuraram a escola, pois que foram incluídos em sua matrícula, mais de 95% das gerações urbanas e 50% das gerações rurais; — o que dá a média ponderada, para tôdas as 10 gerações, tanto urbanas como rurais, de 61%.

Educação média das 10 gerações consideradas — Os números acima consignados pedem uma expressão ainda mais sintética e, portanto, mais incisiva. Será o nível médio da educação atribuída a cada um dos jovens cidadãos que a escola preparou para os quadros da vida nacional. Êsse valor pode ser apre-

ciado tanto no seu sentido mais geral, isto é, relativo a tôdas as crianças brasileiras, como no significado mais particular, dos infantes que foram atraídos à escola.

Para deduzí-lo, vejamos, prèviamente, como se quantifica o trabalho escolar, tomando-se como unidade a etapa primária correspondente a 1/2 série, a qual, como vimos, ou exprimirá a primeira metade do respectivo aproveitamento (a freqüência sem aprovação), ou a segunda metade, como a parte conclusiva, a dizer, a integração do seu ensino atestada pela prova final.

ESPECIFICAÇÃO		TRABALHO ESCOLAR (Unidade = ½ série)
Compreendendo a escolaridade além da 3.ª série	Ensino urbano	12 654 822
	» rural	11 937 290
	Total	**24 592 112**
Excluida a escolaridade além da 3.ª série	Ensino urbano	10 524 686
	» rural	11 427 844
	Total	**21 952 530**

Isto pôsto, é fácil a dedução procurada.

Do universo escolarizável no período — 10 030 919 crianças —, estiveram matriculadas 6 124 294 (61,05% do total), sendo 2 356 172 na zona urbana (94,72 % da massa a escolarizar no respectivo ensino) e 3 768 122 na zona rural (49,95% da população infantil que se poderia ter matriculado na 1.ª série rural).

Logo, as médias que exprimem a educação de cada elemento, foram para a população escolarizada:

— 5,37 etapas, — ou menos que a aprovação na 3.ª série, — na zona urbana;

— 3,17 etapas, — ou apenas algo mais que a metade da 2.ª série, — na zona rural;

— ou, seja, em média geral, 4,02 etapas, — não mais que o trabalho escolar correspondente à aprovação na 2.ª série.

Ainda não é razoável, entretanto, que se tomem essas médias como a verdadeira expressão sintética da educação oferecida à nossa infância, pois eleva-as o trabalho escolar das duas séries superiores (4.ª e 5.ª), cujo ensino só se destina a beneficiar determinados grupos demográficos. Se, então, fizermos apenas o rateio do trabalho escolar que visa de fato a educação do povo, isto é, a educação *para todos*, atribuindo aos que puderam ir além da 3.ª série sòmente as 6 etapas correspondentes a êsse estágio didático que constitui o ensino popular, aquêles valores descem aos seguintes:

— 4,47 etapas, — ou um pouco menos que a metade da 3.ª série, para as populações urbanas;

— 3,03 etapas, — ou um pouco mais que a metade da 2.ª série, para as populações rurais;

— ou 3,58 etapas, — menos que a aprovação da 2.ª série — tomado globalmente o universo em causa.

Por outro lado, como o total das gerações a que pertenceram as crianças escolarizadas acusou 10 030 919 unidades, das quais 2 487 419 urbanas e 7 543 500 rurais, as médias gerais respectivas, tomando-se a totalidade do trabalho escolar, exprimem-se por:

— 5,09 etapas, — ou pouco mais da metade da 3.ª série, na zona urbana;
— 1,58 etapas, — ou ainda bem menos que a aprovação na 1.ª série, na zona rural;
— 2,45 etapas, — ou um pouco além da aprovação na 1.ª série, em média geral.

Entretanto, se do cálculo dessas médias também excluírmos, como já mostramos que é razoável, o trabalho escolar que privilegia apenas certos grupos, teremos os números seguintes para exprimir, *em média*, a "educação para todos" ministrada pela escola primária brasileira, por unidade de cada uma das gerações que no decênio deveriam ter sido educadas:

— 4,23 etapas, — ou bem pouco mais que a aprovação na 2.ª série, na zona urbana;
— 1,52 etapas, — ou quase que apenas o aproveitamento de metade do ensino da 1.ª série, para a zona rural; e, em geral,
— 2,19 etapas, — ou quase nada acima do benefício da aprovação na 1.ª série.

Êsse o esquema clamoroso da educação básica do povo brasileiro durante um decênio!... Possa a visão dessa realidade crepuscular da educação nacional, que tanto empobrece, debilita e deprime a nossa gente, galvanizar as energias da República para a emprêsa de regeneração que se lhe oferece.

Alcance cultural do alfabetismo brasileiro — Os recenseamentos de 1920 e 1940 acusaram na população de 15 e mais anos, grupo êsse que se pode considerar a população post-escolar, as taxas, respectivamente, de 35,1 e 43,7%. Tendo havido melhoria dessa taxa durante os dois decênios inter-censitários, a par de vultoso crescimento demográfico, é óbvio que as novas gerações incorporadas à população adulta apresentavam um número de alfabetizados capaz de acarretar aquêle incremento. Isto importa em reconhecer que êsses novos contingentes estavam na posse de uma cultura elementar bem mais generalizada do que a da população adulta a que se foram incorporando.

Em nossas primeiras interpretações da estatística do ensino primário, supusemos que o alfabetismo, em sua conceituação normal, não poderia decorrer senão de um trabalho educativo mais ou menos daquele nível que corresponde à aprovação da 2.ª série do ensino primário. E como êsse rendimento da escola elementar não chegaria sequer para manter a taxa de alfabetismo que os recenseamentos acusaram, pareceu-nos que seria bastante apreciável a alfabetização não escolar, isto é, obtida no lar.

Examinando melhor, porém, o fenômeno social em estudo, convencemo-nos de que os fatos não confirmaram nossa primeira hipótese, pois as próprias elites sociais, em cujo seio a alfabetização no lar poderia ocorrer mais intensamente, valem-se da escola primária — pública ou particular — para a alfabetização dos filhos. É o que demonstra o fato das escolas urbanas absorverem a quase totalidade das crianças de cada geração das populações respectivas. E a alfabetização em idade post-escolar, sem embargo das belas e fecundas intenções das campanhas que se tem desenvolvido nesse sentido, não assumiram envergadura suficiente para modificar de maneira sensível o quadro social do nosso alarmante iletrismo.

Donde o podermos concluir que a alfabetização de que dispomos é obra quase exclusiva do ensino comum. Para que o trabalho da escola, porém, tenha podido fornecer o contingente alfabetizado capaz de elevar sensìvelmente as taxas respectivas na população adulta, na forma que os recenseamentos acusam, será preciso que se considere como tal um nível do rendimento escolar que forneça em relação ao universo respectivo, cada ano, taxa bem superior à da alfabetização geral da população maior de 18 anos.

Ora, examinando-se no quadro retro a discriminação das gerações escolares de 1932 a 1941, vê-se que o único grupo que exibe representação proporcional, no universo dessas mesmas gerações, superior à dos alfabetizados existentes na população adulta do país, é o dos que conseguiram ser aprovados na 1.ª série, correspondentes a 49,95% do total. Mesmo os que foram algo além dêsse limite, isto é, os que pelo menos cursaram parcialmente a 2.ª série, já oferecem uma taxa não superior a 36,22%, quando precisariam ter ido pelo menos a cêrca de 50 % se fôssem êles os titulares do mais baixo nível daquela cultura que as taxas censitárias de alfabetização exprimem.

Assim, se os alfabetizados que os censos arrolaram não são, no seu grau mais baixo, os que vão um pouco além da 1.ª série, no ensino elementar; e como também não se podem identificar com os que não conseguiram a aprovação inicial do curso, visto que essa não-aprovação exprime a total incapacidade de ler e escrever; — se assim é, chegamos à conclusão de que o modestíssimo alfabetismo que a comunhão nacional exibe e registra em seus quadros adultos, alfabetismo que não beneficia ainda, siquer, a metade dos elementos dêsse universo demográfico, não vai além, para uma grande parte, daqueles parcos e inexpressivos rudimentos de leitura e escrita que a nossa ineficiente escola elementar consegue ministrar aos que, com o mais superficial aproveitamento, lhe cursam a 1.ª série.

Isto quanto ao nível médio que decorre da composição dos novos quadros sociais que vamos conseguindo dotar com a cultura elementar expressa no predicado "saber lêr e escrever". Quanto à intensidade da ascensão a que fica submetida a taxa do alfabetismo brasileiro nos próximos anos, também logo se vê quanto é êle modesto e decepcionante.

Se essa taxa, para o conjunto de dez gerações, no período de 1932 a 1941, só ultrapassou de 2,2 pontos a taxa centesimal média (aritmética) do alfabetismo na população adulta, bem se pode fazer idéia do vagar com que a substituição das antigas pelas novas gerações irá melhorando o sombrio quadro atual. A espectativa é a de que dezenas de anos se escoarão antes que o Brasil atinja os níveis de alfabetismo que caracterizam os povos cultos. Abstração feita, ainda assim, do quase nenhum sentido prático de uma parte do esfôrço educativo da nossa escola primária, e do sentido francamente negativo que assume uma outra parte dêsse esfôrço, em virtude dos desajustamentos que êle provoca sob o ponto de vista social, sem o reajustamento em nível mais alto, a que a educação visa exatamente predispor.

Se a alfabetização de real alcance social devera ser a que decorre da aprovação na 3.ª série, já se poderia considerar sofrível a que fôsse expressa pela aprovação na 2.ª série. Então, assim diferençados os três tipos de alfabetização que o ensino primário fornece aos cômputos censitários, teríamos que a população adulta recebeu, no decênio em estudo, os seguintes contingentes de "letrados":

ESPECIFICAÇÃO	População	%
Apenas aprovados na 1.ª série	2 088 446	41,68
Aprovados apenas na 1.ª e na 2.ª séries	947 114	18,90
Aprovados até a 3.ª série, inclusive	1 974 907	39,42
Total	**5 010 467**	**100,00**

Como se vê, mais de 60% da massa alfabetizada pertence aos dois níveis inferiores, o último dos quais — a rigor inapto a fornecer "alfabetizados", pois

só contém iniciados no alfabeto — contribui com uma quota que se aproxima da metade do total... E resta, portanto, para a obra real da alfabetização, durante dez anos, pouco mais de um têrço dos que ficaram incluídos, com larguíssima tolerância, na parte da população "cultivada" pela educação. Isto é, um contingente médio anual de menos de 200 000 indivíduos (197 491 exatamente).

Essa insuficiência do trabalho alfabetizante, tanto de qualidade como de quantidade, além de manter ocultos e perdidos para o serviço da comunidade inúmeros e preciosos valores humanos que a Nação vai produzindo e são sacrificados pela mais dura e intolerável injustiça social; — tal incapacidade, como humilhante estigma coletivo, condiciona e mantém em níveis baixíssimos os três contingentes fundamentais que a obra da educação deveria entregar à Nação cada ano: 1.º o daqueles que não podem ou não querem ir além do nível elementar; 2.º o dos que querem e já podem alcançar um *standard* de cultura e de vida que tenha um razoável conteúdo de auto-determinação, bem-estar e felicidade humana; 3.º o dos que devem assumir, nisto realizando uma vocação e imprimindo mais alto significado à própria vida, a responsabilidade de dirigir os destinos da comunidade, tomando sôbre si, após adequado tirocínio de uma educação superior, as tarefas sociais mais árduas e complexas nos seus requisitos de inteligência e riqueza espiritual.

Aquêle minguadíssimo contingente de alfabetizados, tanto pelo seu efetivo como pelo ínfimo teor da cultura que de fato os distingue, foi o restrito campo seletivo que a Escola Primária Brasileira, desamparada no seu nobilíssimo ministério, pôde oferecer à Nação a fim de que esta, com os seus 8 1/2 milhões de quilômetros quadrados e cêrca de 40 milhões de almas (média em número redondo para os dez anos estudados), dali colhesse os valores humanos necessários a todo o seu esfôrço de civilização e de progresso. E essa colheita abrange, para a sucessiva renovação dos quadros: a mão de obra qualificada; os servidores públicos; as equipes intelectuais requeridas pela agricultura, pela indústria, pelo comércio e pelos transportes e comunicações; os sub-oficiais e oficiais das fôrças armadas; o ministério religioso, os artistas, os técnicos e os cientistas; a magistratura e o magistério; os publicistas e os políticos. Numa palavra, todos os grupos que fazem a cultura nacional e dirigem os destinos da República como seus menores ou maiores artífices, na administração pública, na arte, na ciência, na técnica, na educação, na literatura, na ordem jurídica e moral, na política e nas instituições que garantem a integridade da Pátria.

Que se poderia então esperar que fôsse a formação dos grandes quadros nacionais? A resposta dos números é dolorosa, mas peremptória: tais antecedentes, tais conseqüentes.

*

Vejamos primeiro, em expressivo retrospecto, qual tem sido o alcance da obra realmente educativa levada a efeito pela Escola Primária, como alicerce da cultura nacional, e da qual, por conseguinte, tão estritamente dependem todo o progresso do país e a felicidade do seu povo.

Eis, a seguir, o resultado final do ensino primário brasileiro, naquilo em que êle assume uma consistente significação cultural. Referimo-nos às aprovações na 3.ª série, em confronto com os efetivos que deveriam ter sido aprovados, já como resultado final, na idade "normal" para a terminação dêsse primeiro estágio escolar, isto é, a de 12 anos. O quadro desdobra êsse estudo no decênio

conforme a situação geográfica do ensino (urbano e rural), apresentando ainda as médias decenais. E deixa ver que os resultados do período mal ultrapassam, do seu pleno, a metade (53,85%), quanto ao ensino urbano, a décima parte (11,43 %), no que tange ao ensino rural, e um quinto (21,88 %), considerado todo o ensino primário.

RESULTADO FINAL DO ENSINO PRIMÁRIO BRASILEIRO — EFETIVOS PRONTOS NA 3.ª SÉRIE EM CONFRONTO COM OS EFETIVOS TOTAIS QUE DEVERIAM TER SIDO APROVADOS — RESULTADOS POR ZONAS NO DECÊNIO 1932/1941

ANOS	EFETIVOS EDUCADOS (APROVADOS NA 3.ª SÉRIE)			EFETIVOS QUE DEVERIAM TER SIDO EDUCADOS (1)			PERCENTAGENS		
	Ensino urbano (a)	Ensino rural (b)	Total (c)	População urbana (d)	População rural (e)	Total (f)	100 a / d	100 b / e	100 c / f
1932.....	97 895	41 702	139 597	183 854	634 738	818 592	53,25	6,57	17,05
1933.....	87 065	54 078	141 143	191 990	644 219	836 209	45,35	8,39	16,88
1934.....	99 356	63 553	162 909	200 395	653 809	854 204	49,58	9,72	19,07
1935.....	102 388	67 604	169 992	209 070	663 518	872 588	48,97	10,19	19,48
1936.....	105 515	73 569	179 084	218 026	673 341	891 367	48,40	10,93	20,09
1937.....	113 240	94 651	207 891	227 271	683 279	910 550	49,83	13,85	22,83
1938.....	125 802	95 609	221 411	236 813	693 333	930 146	53,12	13,79	23,80
1939.....	146 242	88 114	234 356	246 661	703 502	950 163	59,29	12,53	24,66
1940.....	159 052	93 802	252 854	256 822	713 790	970 612	61,93	13,14	26,05
1941.....	162 591	103 079	165 670	267 306	724 194	991 500	60,83	14,23	26,79
MÉDIA.....	**119 151**	**77 576**	**197 491**	**223 821**	**678 772**	**902 593**	**53,58**	**11,43**	**21,88**

(1) População de 12 anos, no ano imediato, para o total. Para cada uma das parcelas (ensino urbano e ensino rural), o efetivo correspondente, menos ou mais a parcela a transferir da zona rural para a urbana, em virtude do maior incremento desta.

Tomemos, agora, quanto ao decênio em aprêço:

— os alunos prontos em todo o "ensino elementar" (favorecido largamente o cômputo dêsse contingente não só com o rendimento do débil ensino supletivo, mas ainda com a dupla, tríplice ... contagem de umas tantas unidades nos sucessivos cursos dêsse grau, além do fundamental — os dois pré-primários, o complementar e o profissional de nível primário);

— os alunos que concluíram curso de nível médio, e se prepararam, portanto, seja no ensino geral, seja no ensino especializado, ou no semi-especializado, para exercer uma profissão em quadro social médio, ou para o acesso aos quadros de mais alta qualificação e responsabilidade;

— finalmente, os discentes que obtiveram aprovação conclusiva em um curso superior qualquer (civil ou militar, comum ou supletivo).

Os totais que exprimem a "colheita" decenal da Nação, em valores humanos "educados", foram os seguintes:

ALUNOS FORMADOS NA EDUCAÇÃO ELEMENTAR, MÉDIA E SUPERIOR (ENSINO COMUM, SUPLETIVO E EMENDATIVO), NO DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS	População média	ALUNOS FORMADOS (Conclusões de curso)					
		Números absolutos			Por 1 000 habitantes		
		Ensino elementar	Ensino médio	Ensino superior	Ensino elementar	Ensino médio	Ensino superior
1932.....	34 683 000	127 784	16 459	4 202	3,68	0,47	0,12
1933.....	35 430 230	153 505	21 165	4 955	4,33	0,60	0,14
1934.....	36 192 720	165 365	24 091	4 829	4,57	0,67	0,13
1935.....	36 971 650	173 248	23 070	5 874	4,69	0,62	0,16
1936.....	37 767 295	192 535	26 962	6 706	5,10	0,71	0,18
1937.....	38 580 884	227 083	29 835	6 588	5,89	0,77	0,17
1938.....	39 410 369	244 378	34 943	7 127	6,20	0,89	0,18
1939.....	40 258 509	251 878	38 930	7 045	6,26	0,97	0,17
1940.....	41 124 914	272 982	42 869	6 504	6,64	1,04	0,16
1941.....	42 009 961	288 172	46 619	6 829	6,86	1,11	0,16
Média geral..	**38 242 953**	**209 693**	**30 494**	**6 066**	**5,48**	**0,80**	**0,16**

É fácil ler — ou melhor, interpretar — a lição última dêsses números. Esta, porém, tornar-se-á mais eloqüente no cotejo dos rendimentos supra com os grupos demográficos que lhes oferecem adequado têrmo de referência, isto é, as populações de 12, 18 e 24 anos de idade, no ano calendário imediato, respectivamente para o ensino elementar, médio e superior.

Façamos, porém, uma substituição.

Os efetivos formados nos 3 graus de ensino exprimem com excesso, não muito grande, mas bastante perceptível (principalmente no grau elementar), os grupos que receberam a correspondente educação. Com efeito, aquêles números globais computam em cada grau todos os ensinos que o compõem, e isto importa em contar-se cada indivíduo tantas vêzes quantos os cursos sucessivos que chegou a realizar sem transferir-se para um ensino de grau mais alto. Assim acontece ao passar do ensino pré-primário para o primário e dêste para o complementar, além do caso do ensino especializado elementar, que se segue às vêzes ao primário. O mesmo acontece quanto aos ensinos secundário e superior, que abrangem, ambos, além do pouco expressivo "ensino supletivo", vários cursos que se podem suceder no âmbito do mesmo grau.

O êrro, contudo, é mais sensível no que toca ao ensino elementar. Aí ocorre, em escala apreciável, não só a contagem dos mesmos indivíduos repetidas vêzes, mas também o cômputo dos alunos de cursos de 1 e 2 anos, com uma educação, portanto, insuficiente, desde que a aprendizagem fundamental é de 3 séries. Por outro lado, a deserção escolar é muito grande e assume ponderável significação no ensino elementar, e isto torna o efetivo dos alunos "prontos" em verdade inapto a exprimir o exato significado social dos resultados. Tais

circunstâncias, operando em sentidos opostos e variáveis, imprimem compreensão heterogênea e, portanto, imprópria para o fim que ora temos em vista, ao resultado total do ensino do 1.º grau, a que se refere o último quadro.

Por isso, quanto ao ensino elementar (ou de 1.º grau em geral), tomaremos, em vez dos dados sôbre os alunos "prontos", os referentes aos "aprovados" na 3.ª série do ensino primário fundamental, abrangendo, porém, tanto o ensino comum como o supletivo. Deixamos, assim, de computar, — pois, em verdade, é quase todo êle um simples prolongamento do ensino "geral", — o que é ministrado nos cursos especializados de grau primário. Mas desdobremos antes o cotejo retro-efetuado, completando-o, no seu sentido social, com a referência dos resultados (aprovações) quer na 1.ª série quer na 2.ª. Assim, ficam destacados, não só os três níveis principais, mas ainda os correspondentes às três séries do ensino primário que constituem em verdade nossa educação *para todos*, os quais nos dão, na primeira etapa, a alfabetização rudimentar, na segunda, a alfabetização sofrível, e na terceira, o mínimo de "educação" de que se possa cogitar para exprimir a aquisição comprovada das técnicas da leitura e escrita, ao lado de um certo lastro de conhecimentos úteis e de hábitos de trabalho e estudo, higiene e asseio, ordem e disciplina, convivência e cooperação.

Eis o quadro:

ALUNOS APROVADOS NAS 3 PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL (COMUM E SUPLETIVO) NO DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS	ALUNOS APROVADOS					
	Números absolutos			Por 1 000 habitantes		
	Na 1.ª série	Na 2.ª série	Na 3.ª série	Na 1.ª série	Na 2.ª série	Na 3.ª série
1932	380 309	225 983	140 760	10,97	6,52	4,06
1933	422 995	224 718	143 448	11,94	6,34	4,05
1934	430 373	251 107	165 256	11,89	6,94	4,57
1935	448 396	259 469	172 900	12,13	7,02	4,68
1936	549 753	284 144	183 018	14,56	7,52	4,85
1937	554 015	319 891	212 593	14,36	8,29	5,51
1938	579 445	334 796	225 261	14,70	8,50	5,72
1939	603 866	352 511	238 708	15,00	8,76	5,93
1940	598 564	370 307	258 096	14,55	9,00	6,28
1941	610 605	379 180	271 366	14,53	9,03	6,46
No decênio	5 178 321	3 002 106	2 011 406	13,54	7,85	5,26

Os resultados a que chegamos apresentam-nos, no total do período, 2 011 406 alunos "educados" no nível elementar, em vez dos 2 096 930 que nos dá, — aliás com pequena diferença, em virtude da compensação entre seus erros de sentido contrário, — o cômputo dos alunos prontos nas diferentes categorias didáticas que, superpostas em parte, constituem o ramo elementar do ensino. Êsse resultado, contudo, é mais exato, e permite-nos fazer agora o cotejo entre os grupos que obtiveram a educação em cada um dos três níveis considerados e os respectivos têrmos de referência.

RENDIMENTO PERCENTUAL DOS TRÊS GRAUS DO ENSINO EM CONFRONTO COM OS CONTINGENTES DEMOGRÁFICOS QUE LHES SÃO TÊRMOS DE REFERÊNCIA

ANOS	POPULAÇÃO MÉDIA			PERCENTAGENS DOS ALUNOS QUE NO ANO ANTERIOR		
				Foram aprovados na 3.ª série primária	CONCLUÍRAM CURSO	
					Médio	Superior
	De 12 anos	De 18 anos	De 24 anos	sôbre a população, no ano indicado,		
				de 12 anos	de 18 anos	de 24 anos
1933	818 592	702 860	582 813	17,20	2,34	0,72
1934	836 209	717 986	595 355	17,15	2,95	0,83
1935	854 204	733 441	608 168	19,35	3,28	0,79
1936	872 588	749 221	621 257	19,81	3,08	0,95
1937	891 367	765 345	634 627	20,54	3,52	1,06
1938	910 550	781 818	648 285	23,35	3,82	1,02
1939	930 146	798 641	662 237	24,22	4,38	1,08
1940	950 163	815 829	676 489	25,12	4,77	1,04
1941	970 612	833 386	691 051	26,59	5,14	0,94
1942	991 500	851 321	705 918	27,37	5,48	0,97
Média no decênio	**902 593**	**774 985**	**642 620**	**22,28**	**3,93**	**0,94**

Bem fixado agora o sentido dos números, podemos penetrar-lhes melhor a severa lição.

O rendimento do ensino elementar *deve* atingir, sob pena de uma grave injustiça social e política, e também por exigência dos mais urgentes interêsses da comunidade, a 100 % do seu objetivo — a educação de todos os infantes do país. E a medida em que êsse objetivo fica atingido, dá-la com precisão maior a relação entre as aprovações na 3.ª série e a população de 12 anos no ano calendário imediato.

Em nossas atuais condições demográficas, êsse têrmo de referência ou padrão para aferir o rendimento da educação popular, exprime-se, segundo o método de cálculo que utilizamos neste trabalho, por 902 593 unidades, na média do decênio, e por 991 500, em 1941. Dêsse modo, as taxas que traduzem a extensão da obra educativa foram apenas 22,28 % e 27,37 % (um pouco menos e um pouco mais da *quarta parte*) respectivamente para o decênio e para o ano de 1941. O pequeno afastamento entre os dois índices revela bem a insignificância do incremento no período, ou seja a lentidão com que estamos evoluindo.

A educação média, à sua vez, há de *tender*, também, para um rendimento 100% do seu padrão, o qual se pode exprimir pelo quantitativo da população de 18 anos no ano imediato ao das conclusões do curso de 2.º grau consideradas; isto sem embargo de não lhe ser facultado alcançar a plenitude, ou seja o nível normal, do seu destino social, em conseqüência à inafastável incapacidade intelectual ou física de uma parte de cada geração. Mas urge que a tendência se manifeste pela aproximação rápida do respectivo limite. Sob pena de não passar de uma democracia nominal, insincera e frustra, aquela que, pretendidamente igualitária, rotula nossas instituições; sob pena, repetimos, de não sermos senão uma comunidade em a qual, de fato, e inexoràvelmente, poucos alcancem as alegrias mais essenciais a sêres inteligentes, e isto à custa do sacrifício injusto da

imensa maioria da massa social, que o egoísmo, a displicência ou a inconsciência dos grupos bem aquinhoados, entrincheirando-se na burla de uma suposta igualdade de oportunidades, mantém com mão de ferro em estado de obscurantismo, miséria e degradação.

Em razoável transigência, porém, poderíamos ambicionar que, por enquanto, essa taxa orçasse por metade apenas — ou até mesmo não mais que um *têrço*, um *quarto*, um *quinto*... — do seu limite. A triste realidade, no entanto, é que, durante um longo decênio, ela evoluiu com decepcionante lentidão, permanecendo, em média, no escasso nível de 3,93 %, em bem pouco excedido pela taxa de 5,48 % — ainda um vigésimo... — em 1941.

Da educação que tem por destino preparar os grupos dirigentes, isto é, do ensino superior, mesmo que só formulássemos a mais modesta das aspirações possíveis, seria razoável pretender-se que a Nação já estivesse recebendo, anualmente, pelo menos cinco elementos "formados" em cada cem unidades do grupo padrão, correspondente à idade de 24 anos no ano calendário imediato ao das conclusões de curso consideradas. Isto representaria um "dirigente" para vinte "dirigidos". Entretanto, em vez disso, o que logramos obter, durante dez anos, foi apenas, em média, não mais que *um* (precisamente 0,94%) em 100 unidades de cada geração. Isto é, a *quinta parte* daquela bem modesta aspiração *mínima*... E o resultado de 1941 (0,97 %) não chega a revelar progresso animador.

*

Merecem meditados tais fatos. Para êles há que voltar-se a atenção de todos os brasileiros. Tanto mais quanto — bem o sabemos — êsse ensino, já tão insuficiente em quantidade, ainda mais o é em qualidade. Mal organizado, mal aparelhado, mal orientado, mal ministrado e mal recebido, é êle, via de regra, de eficiência tão baixa e tão mesclada de aptidões negativas, que não se encontra o qualificativo justo para exprimir sua inoperância e nocividade.

Mas o que tais verificações reclamam, sobretudo, é a reflexão dos nossos legisladores e governantes. Se a situação assume a maior gravidade e pede remédio heróico e urgente, são-nos, apesar de tudo, bem favoráveis os prognósticos. Decidam os poderes competentes levar avante o adequado esfôrço de recuperação e ordenamento da nossa educação popular, e encontrarão facilidades insuspeitadas até agora para êsse esfôrço, que é o único processo capaz de enriquecer de verdadeiros valores humanos os quadros do nosso ensino, e de levá-los à sua exata finalidade social.

Mas, para que isso possa ser melhor apreendido, convém que os números falem de modo ainda mais incisivo.

*

Os dados que deixamos alinhados mostram-nos em que proporção — fixada esta, aliás, com reconhecido êrro *para mais* — as novas gerações brasileiras estão sendo educadas em cada um dos três níveis fundamentais, ao atingirem sucessivamente os pórticos daquelas fases da existência em que:

— primeiro, uma parte delas, que não pretende, ou não pode pretender, senão a educação do primeiro grau, ingressa prematuramente na vida ativa, enquanto a outra passa ao ensino médio;

— segundo, ficando o remanescente distribuído em dois grupos ao têrmo de um novo estágio escolar, o maior dêles dá por terminado seu tirocínio didático e por sua vez, mais ou menos bem aparelhado por uma educação apropriada, entra na vida de trabalho, ao passo que o grupo menor prossegue os estudos em nível mais alto;

— e terceiro, o último contingente, na posse do melhor preparo que as nossas condições possibilitam, completa o tirocínio didático da respectiva geração,

e transfere-se às atividades da vida prática, onde vai constituir o patriciado da cultura nacional.

Os três quantitativos, porém, referentes que são a gerações distintas, em cada ano, não estão relacionados entre si, de maneira que se possa ver, para uma dada geração, qual a composição obtida segundo os diferentes graus de cultura por que se distribuem seus componentes. Convém, pois, tentarmos obter essa composição, mesmo que seja apenas para uma única geração; e embora não o possamos conseguir de modo rigoroso, mas, em parte, apenas por extrapolação, dado que a nossa estatística educacional ainda não cobre o período de 17 anos exigido por tal estudo a fim de que se pudesse êle basear inteiramente em medidas exatas. Mas os levantamentos já realizados revelam proporções tão nitidamente definidas, quer no aspecto estático quer no dinâmico, que podemos utilizar a indução estatística sem qualquer risco de um êrro exagerado, que afetasse as conclusões.

Seria longo — e mesmo sem interêsse e cabimento nesta exposição — descrever e justificar o roteiro adotado. Diremos apenas que, evitando distanciar-nos temeràriamente do período já documentado, e no propósito de apresentar um resultado o mais atual possível, escolhemos como objeto da nossa pesquisa a geração de 1922, a qual atingiu a idade escolar em 1929, podendo ter o seu *curriculum vitae*, sob o ponto de vista educacional, bem controlado de 1932 a 1941, período êsse que nos fornece suficientes elementos para acompanhar essa geração até 1946, isto é, aos 24 anos de idade. Os principais têrmos de referência utilizados no desenvolvimento do cálculo foram os efetivos da geração considerada nas idades "normais" de iniciação do curso primário fundamental (7 anos) e de conclusão, não só dêsse curso em 1934 (12 anos), como também do curso médio (18 anos, em 1940) e do curso superior (24 anos em 1946).

Quanto à educação elementar supletiva que essa geração recebeu (ou ainda terá de receber) é considerada como já adquirida até os 24 anos, a par da educação comum.

Com êsses elementos e os dados da estatística educacional, conseguimos elaborar dois expressivos esquemas.

Eis o primeiro:

ESPECIFICAÇÃO		EFETIVOS	
		Absolutos	Por 1 000 do total
Sobreviventes em 1946, aos 24 anos de idade, dos nascidos vivos em 1922...		768 676	1 000
A — Discriminação fundamental			
Não foram à escola primária		355 202	462
Foram à escola primária		413 474	538
B — Discriminação geral dos que foram à escola primária			
Não obtiveram nenhuma educação e permaneceram analfabetos		75 176	98
Receberam educação (aprovação na 1.ª série primária, no mínimo)		338 298	440
C — Discriminação dos que receberam alguma educação			
Foram aprovados na 1.ª série primária	Do ensino comum	324 458	422
	» » supletivo	13 840	18
	Total	338 298	440

(Conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	EFETIVOS	
	Absolutos	Por 1 000 do total
Foram aprovados na 2.ª série primária — Do ensino comum	189 248	246
Foram aprovados na 2.ª série primária — » » supletivo	8 073	11
Foram aprovados na 2.ª série primária — **Total**	**197 321**	**257**
Foram aprovados na 3.ª série primária — Do ensino comum	127 907	166
Foram aprovados na 3.ª série primária — » » supletivo	5 456	7
Foram aprovados na 3.ª série primária — **Total**	**133 363**	**173**
Concluíram curso do 2.º grau ou médio	32 731	43
Concluíram curso do 3.º grau ou superior	7 319	10

Vistos êsses resultados, e procurando-se isolar os grupos distintos que se podem formar no universo considerado, conforme o mais alto nível de educação que os seus componentes alcançaram, temos então os números dêste segundo esquema:

CATEGORIAS, SEGUNDO A EDUCAÇÃO ALCANÇADA	Efetivos absolutos	Por 1 000 do total
Sobreviventes em 1946 (aos 24 anos) da geração de 1922	768 676	1 000
I. Não foram à escola	355 202	462
II. Foram à escola primária (comum ou supletiva)	413 474	538
a) Inscreveram-se na escola mas não foram sequer semi-alfabetizados (não aprovados na 1.ª série)	75 176	98
b) Foram meio-alfabetizados (aprovados na 1.ª série), mas não conseguiram aprovação na 2.ª série	140 977	183
c) Foram regularmente alfabetizados (aprovados na 2.ª série), mas não concluíram o curso de 3 séries)	63 958	83
d) Concluíram a educação elementar de 3 séries (aprovados na 3.ª série), sem iniciar, ou sem concluir, um curso qualquer de 2.º grau	100 632	131
e) Concluíram o curso de ensino geral ou especializado de 2.º grau, e continuaram ou não os estudos, sem lograr, porém, terminar um curso superior	25 412	33
f) Formaram-se em um curso superior qualquer, de cultura geral ou de caráter profissional	7 319	10

Como se vê do primeiro esquema, de tôda uma geração, apenas 133 363, ou 17,3% dos sobreviventes, se podem considerar educados (aprovados na 3.ª série do ensino primário). Aliás, bem mal e precàriamente educados. E dêles, não mais que a quarta parte, a ninharia de 32 731 (4,3 % do total dos sobreviventes), receberam cultura de grau médio (em grande parte ainda, reconheça-se, cultura sub-média), a qual, por mal ministrada e pior ainda assimilada, bem pouca influência pode ter exercido na melhoria real dos valores humanos seus beneficiários. E nem vale a pena determo-nos na significação, que é em alta dose negativa — porque acentuadamente desfavorável à formação do caráter —, da chamada "educação superior", onde tão freqüentemente se "compra", sem esfôrço,

sem dignidade e sem inteligência, menos pela boa moeda do estudo e do aproveitamento bem comprovado, do que pela pontual quitação de taxas e mensalidades, algo que não passa de um rótulo, um cartaz... Ainda assim um "fanal" no ambiente penumbroso da cultura brasileira, o qual, por isso mesmo, tanto sob o ponto de vista social, como sob os aspectos econômico e político, está oferecendo, cada vez mais, o clima propício à desordem, aos tumultos e incoerências que perturbam o progresso da sociedade sem melhorá-la, e aos erros mais perigosos.

Em síntese, tomando-se por base os grupos distintos do segundo esquema, — e para que a linguagem dos números tenha tôda a sua fôrça — se tal geração, isto é, aquela que *nesta hora* está sendo integrada definitivamente na vida ativa do corpo social, tivesse os seus componentes distribuídos em pelotões, cada um dos quais encabeçado por um par dêsses 7 319 líderes que a educação superior (quer a militar quer a civil, e esta, seja a leiga ou a religiosa, a de cultura geral ou a de cultura especializada) lhe conseguiu dar; — se ordenássemos assim tal geração, que é, sem dúvida, a "melhor", a "mais rica de valores" que a Nação já logrou obter em tôda sua história, veríamos cada uma dessas equipes padronizadas se constituir da seguinte forma:

2 líderes,
7 sub-líderes,
201 dirigidos.

E êstes últimos assim se "classificariam":

28 trabalhadores "qualificados" (não pela educação geral ou profissional média, mas ao menos pelo preparo da educação elementar de 3 séries);
18 trabalhadores apenas "sub-qualificados" por alfabetização razoável (aprovação na 2.ª série do ensino elementar);
38 trabalhadores "não qualificados" por qualquer processo de cultura, mas apenas rudimentarmente alfabetizados (aprovados na 1.ª série do curso primário);
117 trabalhadores "desclassificados", isto é, em um nível sub-social de vida, sem qualquer cultura, sem nenhuma aprendizagem, sem noção ou hábitos de higiene e de defesa da pessoa e da família, e sem consciência cívica e nem mesmo humana, portanto.

Donde concluímos: cada pelotão, de 210 indivíduos, só encontra dois líderes (um para cada centena de homens), e ao todo 7 sub-líderes, ou um para nada menos que 30 dirigidos; e entre êstes, só muito pouco além da quinta parte podem considerar-se valores sociais conscientes de suas responsabilidades profissionais e cívicas, a que a educação já tenha retirado da miserável condição de simples componentes de um "gado humano".

Eis como reponta mais uma vez, sob novo prisma, o quadro pungente da realidade educacional brasileira, que os números descobrem, sob impressionante nitidez, em seu significado mais profundo, mais humano e mais dramàticamente ameaçador.

V. NOVAS CONCLUSÕES

Sendo tais como acabamos de expor, os têrmos do problema da educação popular no Brasil, não temos, sem embargo, o direito de considerá-lo insolúvel.

As providências essenciais para a solução necessária e pronta já estão tomadas.

O Convênio Nacional de Ensino Primário, o Fundo Nacional do Ensino Primário e a Conferência Nacional de Educação constituem, ao ver — talvez já unânime — dos que têm meditado o assunto, os três instrumentos fundamentais

que, utilizados solidàriamente, permitem a imediata instituição do "sistema nacional" responsável pela educação primária integral do povo brasileiro. Sistema que também poderá responder pela "educação para o trabalho", uma vez que ficaria sendo o ensino primário uma obra mutilada, e quase sem utilidade social, se permanecesse desacompanhada da assistência que a educação técnico-profissional deve instituir como seu normal prolongamento.

Nesse sentido, a coordenação e ampliação dos dois sistemas isolados e incipientes que ainda são o SENAI e o SENAC, constituiriam possìvelmente o caminho mais acertado. E tudo está indicando que não existe qualquer obstáculo a uma ação pronta, compreensiva e enérgica.

Mas, além dessas auspiciosas possibilidades de ordem legislativa e administrativa, é preciso atender a outro fato muito animador.

*

Se é certo que, no ensino primário, o recebimento de inscrições de alunos novos na 1.ª série já havia atingido em 1941 a 65% do seu limite, é claro que essa taxa traduzia, naquele ano, a capacidade virtual da escola brasileira. Nem se compreende que assim não fôsse, pois tal hipótese importaria em admitir o absurdo de que os nossos governos criassem escolas primárias no propósito deliberado de burlar a Nação, não permitindo que os alunos inscritos fizessem regularmente o curso *para o qual foram admitidos*. E tanto menos quanto isso ocorreria sob o inadmissível pretexto de tornar-se necessário um limite de inscrições nas séries superiores, cujo discipulado — é evidente — deve decorrer, *necessàriamente*, do próprio movimento das séries precedentes, a fim de que assim tenha real sentido didático-social a obra educativa oferecida.

Possuem nossas escolas, entretanto, capacidade para o discipulado normal decorrente da atual matrícula de novos? Examinaremos êsse ponto mais adiante.

Fôsse negativa, sem embargo, a resposta, estaria aí apenas uma questão de fato. Mas não poderia ser, com certeza, devido à intenção impatriótica de limitar e, portanto, repelir — o discipulado logo depois da iniciação escolar. Houvesse tal intuito governamental, e não nos veríamos apenas diante de um absurdo; estaria ocorrendo um crime de lesa pátria. Não há tal, porém. O que se verifica, à evidência, é o hábito de contar com a evasão resultante das más condições do ensino e da falta de assistência social aos alunos, o que tem feito evitar, por intuitiva conveniência de economia, escolas mais amplas, porém mal aproveitadas, que, nas condições atuais, não se saberia como povoar adequadamente. Mas se o discipulado, porque receba um bom ensino, vencer as provas de cada série e se dispuser a permanecer na escola até o término do curso (o que aconteceria por certo, pois já permanece por tempo suficiente sem êsse estímulo), claro que aparecerão — não podem deixar de aparecer — os meios de alojá-los e dar-lhes mestres que bastem.

Contudo, a resposta à pergunta formulada é afirmativa, em que pese à opinião em contrário, aliás bastante generalizada. Nem sequer o acréscimo de capacidade das salas de aula, do material escolar e do corpo docente, requerido por aquêle elementar dever de conservar na escola até final os alunos que já a procuraram, precisa ter o vulto que *parece* necessário. Vejamos:

Em 1941, deveríamos ter aprovado na 3.ª série, em correspondência a um trabalho educativo integral, 1 041 632 alunos. Só aprovamos 265 670. Faltaram-nos, pois, para atingir o limite teórico das aprovações na 3.ª série, nada menos de 775 962, ou quase o triplo do resultado obtido. Êste representou, do seu limite, apenas 25,51 %. E o *deficit* orçou, assim, por 74,49 %.

Se já tivemos, porém, 65% do que seria preciso na matrícula inicial, a tal limite fàcilmente se poderia atingir também nas aprovações. E, com isto, haver-

se-ia mais do que duplicado o resultado de 1941, mesmo sem aquêle acréscimo do discipulado, que talvez se afigurasse demasiado vultoso para ser prontamente conseguido, e exprime-se pela diferença entre as duas taxas — 26 % a real e 65 % a virtual.

Em verdade, não é preciso ir além do dôbro, *como parece*, para que o discipulado nos assegurasse aquêle avançado e já bastante apreciável rendimento do trabalho escolar. Bastaria melhorar-lhe a eficiência de maneira que se elevasse, não diríamos ao *optimum*, mas ao nível — por certo bem pouco ambicioso — previsto em nosso cômputo do discipulado para uma obra educativa integral. (Integral, em extensão apenas, dizemos.) Êsse nível subentende, como vimos, a escolaridade média de 5 anos para que cada aluno consiga obter a educação que lhe pode dar um curso de 3 séries.

Com isso, o trabalho escolar que já se realiza segundo um desenvolvimento temporal quase suficiente, mas ainda — não seria demasia dizê-lo — em pura perda, corresponderia a um discipulado representativo de 52% do total. E os alunos-ano que lhe seria mister acrescentar a fito de que o rendimento acompanhasse a capacidade virtual (isto é, passasse de 26% a 65% do que deveria ser), corresponderia apenas a 581 392 unidades na matrícula geral, quanto dista o total de inscrições naquele ano (2 821 467) do efetivo correspondente a 65% de 5 235 168 — o seu *optimum* —, ou sejam, 3 402 859.

Portanto, o que os números exprimem é o seguinte. Um acréscimo global, no movimento anual de inscrições até a 3.ª série, apenas de 581 392 discentes, ou 20,61% do que realmente se verificou (2 821 467, como vimos), poderia, mesmo na hipótese de um ensino ainda de medíocre eficiência, ter feito com que o rendimento de aprovações na 3.ª série (o mínimo admissível como educação primária) ficasse elevado de 411 391 unidades, ou nada menos de 154% das 265 670 crianças que lograram de fato aquêle benefício cultural.

Tal acréscimo já corresponde a 53 % do *deficit* de fato verificado (775 962); ou, ainda, a mais de um têrço (39%) do limite teórico das aprovações naquele ano (1 041 632, como vimos). E daria em resultado um total de aprovações (677 061) que representaria, assim, nada menos, os 65% do limite, como já acontece na matrícula geral de novos.

Tudo isto, repita-se, em troca, apenas, daquele mínimo incremento de 20% no discipulado de que efetivamente dispuseram as 3 primeiras séries da nossa escola primária no ano em aprêço. Todavia, — advirta-se — sob uma condição.

Assim aconteceria — é óbvio mas cumpre repetir — sòmente na hipótese de ser realizado o esfôrço de regeneração pedagógica que urge empreender, pois os demais fatôres a isso não se opõem.

Efetivamente. Aquêle pouco mais de meio milhão de alunos que fôra mister acrescer à matrícula geral de 1941, a fim de que as aprovações na 3.ª série pudessem atingir a um nível tão elevado sob a condição única de que a nossa escola houvesse alcançado a eficiência pouco exigente de 5 anos de escolaridade por aprovação; — êsse magnífico rendimento não exigiria, pràticamente, aumento de despesas. (Compreenda-se: — se admitirmos que a melhoria de eficiência do magistério também se obtivesse *nas condições atuais de remuneração*.) Tal acontece porque aquêle resultado poderia ter sido efetivamente conseguido sem exigência nem de salas mais amplas para maior número de lugares, nem de novos professôres, nem mesmo de maior dispêndio com a administração.

Para ver-se a verdade da afirmação basta considerar que a média do acréscimo aludido, por escola (qualquer que seja a duração atual do seu curso) e por

professor, é apenas, e respectivamente, de 15,03 e 7,75. Ou, na menos favorável das hipóteses, 20,11 e 17,31, se o aumento devesse ser rateado totalmente apenas entre as escolas rurais, cujo discipulado apresenta mais baixa escolaridade média. Quotas, essas, insignificantes e a que a elasticidade normal da capacidade escolar (máxime se utilizado o desdobramento em turnos) pode perfeitamente fazer face sem medidas de ampliação.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS SÔBRE A EDUCAÇÃO POPULAR BRASILEIRA

Ainda não é tudo. Se os números, ao refletirem a realidade educacional brasileira, desolam-nos o patriotismo, parecendo às vezes que tangem a finados, também o reconfortam em verdadeiros toques de alvorada, ao desenharem as perspectivas animadoras que essa mesma realidade oferece ao esfôrço esclarecido e construtivo dos governos.

Continuando a tomar por base os resultados de 1941, dos quais pouco diverge, quanto às suas relações intrínsecas e mesmo quantitativamente, a nossa atualidade educacional, há fundamento, com efeito, para inferências que sugerem e apoiam planos ainda mais optimistas e ambiciosos. Vejamo-lo.

Ficasse adotado como objetivo único do nosso ensino primário fundamental o curso de 3 anos, então os alunos da 4.ª e 5.ª séries, que aparecem na estatística daquele último ano do decênio coberto pelos resultados definitivos dos nossos levantamentos (efetivos aquêles que montavam a 231 415 na 4.ª série, e 43 716 na 5.ª), teriam cedido seus lugares, — pelo menos na organização do ensino fundamental —, e com o trabalho e as despesas escolares correspondentes, aos alunos reavidos pelo ensino regenerado de 3 séries, que configuramos. O total de vagas obtidas por êsse modo, — repitamos: sem reclamar mais espaço, nem mais trabalho, e sem maior despesa — teria dado margem ao rebate correlato naquele contingente de novas matrículas (aliás, *novas* matrículas de *antigos* alunos, relembre-se), necessário para que o efetivo escolar correspondesse, de modo integral — logo, também com o justo rendimento, — aos 65% do seu limite.

Deduzido tal contingente (275 131) do *deficit* apontado (581 392 discentes), encontramos, como diferença ou carência final, apenas 306 261 unidades.

Rateado êsse *deficit* pelas 38 679 escolas que funcionaram em 1941, ter-se-ia *por escola*, 7,92 — digamos, 8 — alunos, como contingente complementar que o aparelho escolar deveria ter abrigado além da massa efetivamente escolarizada. E ainda que o rateio só se efetivasse entre as escolas rurais, em número de 28 910, caberia a cada escola a quota média — não insuportável, por certo, — de 10,59 alunos (ou 11 em número inteiro) por escola.

Assim, o refôrço adicional, tão pequeno é êle, caberia perfeitamente na margem de capacidade do sistema escolar.

Por outro lado, se distribuído fôsse o *deficit* pelo professorado, que contou naquele ano 75 001 docentes (dos quais, 33 592 professôres rurais), deixaria o acréscimo médio não superior a 4,08 alunos por docente, se feito o rateio por todo o magistério, ou a 9,11 (digamos, 10), se a distribuição só se fizesse pelo professorado rural. Como se vê, um aumento de trabalho que está longe de ser incomportável.

Ora, com isto o discipulado e o seu rendimento em alunos prontos teriam atingido o seu limite virtual pràticamente a dois terços do limite teórico, *sem novas escolas, sem novos professôres*, e, mesmo, *sem novas despesas*. Sejamos mais exatos: com uma despesa a maior, de material escolar, em verdade insignificante. Mas os resultados teriam passado a apresentar, a par das pequenas elevações da média de alunos por escola, de 80,05 para 87,98, e da de alunos por professor, de 41,29 para 45,37, o expressivo alteamento das aprovações da 3.ª série,

do decepcionante nível verificado na realidade (26% do seu limite) para bem mais do dôbro ou, pràticamente, já dois terços da massa infantil que a escola no ano de 1941 deveria ter entregue à Nação, na posse daquele mínimo de educação em que se pode razoàvelmente pensar, e que o currículo de 3 séries é o menor que o possa de fato realizar.

Cumpre não deixar lugar à suposição de que o quadro figurado tenha sido obtido constrangendo-se um tanto a sinceridade dos números. Ainda que repisando o que já foi alegado, tornemos mais explícito não ter havido optimismo excessivo nas previsões formuladas. Ligeiras considerações apenas serão precisas.

*

As "médias" devem ser bem entendidas, para que nos possam dar o que lhe pedirmos. Aquêle discipulado complementar não pode ser distribuído, *uniformemente*, entre tôdas as escolas, tanto as urbanas, como as rurais; nem mesmo, conforme duas médias diferentes, entre as unidades escolares que compõem cada uma dessas categorias gerais.

O ensino urbano já está quase em um ponto de saturação para as nossas atuais condições sociais, pois admite, como novos na 1.ª série, cêrca de 95% de cada geração, e a escolaridade média, nesse ensino, até a 3.ª série, atingiu a 4,286 anos letivos, no decênio, ou já sejam 90,16% da escolaridade típica, em relação ao aluno novo na 1.ª série. Essa média eleva-se, segundo os dados demográficos e sob os postulados que fixamos, a 4,754. O que significa a quase suficiência do discipulado das 3 séries para o rendimento virtual de 95%.

Enquanto isso, o ensino rural, que ultrapassa em muito pouco a metade do seu *optimum*, ainda está bastante distanciado de uma posição análoga. Assim, em pequena parte, apenas, se poderia aproveitar a capacidade complementar (decorrente da capacidade virtual) das escolas urbanas, ao passo que algumas escolas rurais, ainda mesmo se elastecida ao máximo sua lotação, não poderiam conter todo o discipulado que nas respectivas áreas ainda fôsse susceptível de recuperação no curso melhorado de 3 séries, a ser efetuado, em média, no decurso de um qüinqüênio de vida escolar por aluno. Por certo, sòmente com a substituição de alguns prédios escolares e o deslocamento de uns tantos professôres se poderia atender ao enquadramento do discipulado complementar a admitir. E isto traria também a necessidade de algum acréscimo de equipamento. Mas o vulto dêsses reajustamentos, porque destinados a efetuar-se na economia dos sistemas educativos regionais considerados em globo, que contam sempre com recursos para alguns dispêndios marginais, não invalida as perspectivas favoráveis que a consideração das médias examinadas linhas acima nos autorizou a formular.

Por outro lado, a escola isolada de 3 anos, com um só professor (e êste é o tipo comum da escola rural) exigiria normalmente do seu docente, no mínimo, a organização de 3 classes, de constituição mais ou menos equivalente. Na prática, porém, devido à deserção escolar, as classes da 2.ª ou 3.ª séries tornam-se muito pequenas, quando não nominais, a tão diminuto número de alunos aproveitam elas. E êsses raros discípulos, que se tornam, em evidente anomalia, uma excrescência na desvirtuada economia da escola rural alfabetizante, cuja atenção se volta quase totalmente para a 1.ª série, em virtude da inflação decorrente da enorme e viciosa repetência no estágio vestibular do ensino primário, — êsses poucos discípulos obstinados que querem ir, e vão conseguindo ir, até as séries superiores, pouca ou quase nenhuma atenção podem merecer dos professôres.

Êstes, por fôrça das circunstâncias (entre as quais, porque reconhecidamente insuficiente, a própria formação profissional do magistério rural), tornam-se simples professôres de "rudimentos de alfabetização". Sem embargo, melhorado

o ensino por algumas medidas de inspeção, orientação didática, racionalização dos programas e assistência social ao discipulado, claro é que, bem ou mal, o magistério já poderia assumir sua normal responsabilidade quanto às séries ulteriores à 1.ª, pois sua tarefa, se aumentada em relação a estas, se diminuiria quanto à inicial.

*

Assim, o *slogan* que melhor exprimisse as reinvidicações da infância brasileira em matéria de ensino primário teria de ser, a nosso ver, êste: "antes de mais escolas, melhor Escola". Entendida como tal, uma Escola convidativa, que retenha, proteja, ensine e eduque verdadeiramente os infantes que lhe são confiados.

Essa transformação decorreria, antes de mais nada, de se tornar assistencial e mais atraente, protetora e beneficente, em relação aos alunos e às suas famílias, a nossa educação popular.

Só assim o esfôrço do professor, se êste não fôr de todo inapto para a sua missão social, logrará obter aquêle desambicioso rendimento que permita a cada criança fazer o curso de 3 períodos em 5 anos, ou seja com duas repetições de série. Obtido isto, as escolas que temos, e apenas — ou quase — com o dispêndio que exigem atualmente, elevarão a nossa educação popular a dois terços do rendimento integral que a Nação reclama. E é fácil avaliar o que para o país representaria em disponibilidades de inteligência, de trabalho e de energias criadoras, a duplicação dos resultados atualmente conseguidos pelo nosso ensino comum.

*

Por outro lado, essa solução tão simples facilitaria extraordinàriamente, e em todos os sentidos, a ampliação da rêde escolar em têrmos de atender-se ao justo imperativo social quanto à educação do têrço restante, de cada uma das sucessivas gerações que vão atingindo a idade escolar.

Para a educação dessa parte ainda não escolarizada, não se pode fazer qualquer cômputo seguro, no que tange aos elementos a mobilizar, tomando-se por base as médias oferecidas pela organização vigente. É possível que muitos núcleos demográficos ainda existam onde se possam e se devam instalar escolas do tipo médio atual. Uma grande ou a maior parte, porém, dos 35% de cada geração até agora não escolarizados pertence a uma população tão miserável e tão dispersa na vastidão mal ocupada e ainda não "socializada" do território nacional, que o Estado não pode pensar em cumprir o dever de educá-la senão por meio de uma nova e peculiar instituição pedagógica.

A parte mais rarefeita só poderá ser atendida — é evidente — mediante internamento gratuito dos seus infantes em grandes educandários rurais, que seriam, conforme o alvitre de Frota Pessoa, verdadeiras "vilas escolares", dispondo de amplos e bem organizados departamentos para um e outro sexo.

Mas a parte restante, já concentrada aqui e ali em condições de apresentar contingentes escolarizáveis — ainda que mínimos — dentro da extensão típica da área escolar (raio de 2 ou 3 quilômetros), essa parte terá de obter escola ainda mesmo que, em virtude do reduzido discipulado, seja esta uma escola "cara".

Onde, num círculo de 3 quilômetros de raio (tomemos o máximo tolerável sem que existam recursos de transporte fornecidos pela escola), forem encon-

tradas 4 ou 5 crianças de 7 anos, aí existirão, uns casos pelos outros, 20 a 25 infantes em idade de permanência na escola, que possam ser chamados a fazer um curso de 3 séries num período médio de 5 anos. Ora, o Estado deve acudir a êsses núcleos demográficos com a assistência educativa, e em cada um dêles cumpre seja localizada uma escola, a qual, se souber cumprir a sua missão, obterá aquêle discipulado total e conseguirá dar-lhe a educação prevista.

Sòmente onde êsse mínimo não existir é que será preciso pensar-se na concentração das crianças existentes, utilizando-se para isso os internatos a que aludimos.

Vejamos as perspectivas num e noutro sentido.

VII. PERSPECTIVAS DE AÇÃO

Não há dados sôbre o nucleamento demográfico que nos permitam segura previsão de conjunto. Mas pode-se estabelecer uma hipótese de trabalho, segundo a qual se façam as estimativas iniciais e se encaminhem as providências necessárias ao plano de ação que o Govêrno entender traçar, sem embargo dos reajustamentos que se forem tornando possíveis à luz das verificações que a própria execução dêsse plano vá permitindo.

Êsse delineamento prévio pode ser feito desde já. E convirá fazê-lo.

Tomemos por base a população de 1946, segundo cuja estimativa (46 725 988 almas, como população média), o efetivo de 7 a 11 anos se representa por 5 823 325 crianças. Adotando-se o mesmo método que já nos deu a discriminação entre a população urbana e a rural no decênio de 1932/1941, podemos desdobrar aquêle efetivo demográfico em 13 765 367 para a zona urbana e 32 960 621 para a zona rural.

Na conformidade de nossa hipótese, que cometerá êrro despiciendo quando supõe uma proporção uniforme em ambos os grupos para representar a população de 7 a 11 anos, teremos, segundo os critérios de cálculo que vimos praticando, o discipulado teórico de 1 715 538 crianças, na zona urbana, e 4 107 787, na zona rural, para o curso de 3 séries em um qüinqüênio de vida escolar.

À semelhança do que, conforme provamos, poderia ter acontecido em 1941, é-nos lícito admitir que o nosso aparelho de ensino primário em 1946 fôsse pôsto em condições de abranger, mediante eficazes providências de ordem e racionalização, todo seu discipulado virtual, para tal curso. Vamos, pois, supor que o corpo discente para um ensino cento por cento eficiente nas modestas condições estabelecidas, pudesse estar agora assegurado para aquela população escolar correspondente à capacidade *provada* do sistema escolar. Capacidade essa que está expressa na proporção entre a matrícula dos realmente novos na 1.ª série e o seu limite teórico.

Essa capacidade real da 1.ª série traduz, assim relacionada com o seu limite, a capacidade virtual do sistema. Se esta foi, em 1941, de 95% no ensino urbano e de 54% no ensino rural, resultando daí a média geral de 65%, a êsse limite chegamos numa ascenção média, no decênio, de um ponto por ano. Mas cumpre fixar, para o cálculo de 1946, um pressuposto bastante pessimista, no intuito de exagerar, — antes que reduzir, — o *deficit* com que nos vamos deparar. As medidas que então forem sugeridas para fazer face a êsse *deficit* terão dêsse modo larga margem de êxito, uma vez que, não podendo êle ser maior, será, provàvelmente, bem menor.

Essa hipótese prudente é a de que aquela capacidade virtual, de 65%, ainda não tenha chegado aos 70% (como seria lícito aceitarmos sem exagerado otimismo), mantendo-se inalterada nas suas componentes, durante o período de 1942 a 1946.

Admitindo-se, pois, que a capacidade do sistema escolar tenha permanecido, quanto às sedes municipais, no mesmo nível de 95%, — que por enquanto exprime um ponto de saturação, como vimos, — o discipulado urbano virtual, ora suposto realizado, seria de 1 629 761 crianças. Na zona rural, segundo a taxa de 1941 (54%), o discipulado virtual para a zona rural, se elevaria a 2 218 205 crianças. Êsses dois efetivos — o urbano e o rural — perfazem o total de 3 847 966, ou já sejam 66% do discipulado teórico total (5 823 325 crianças de 7 a 11 anos). O que exprime um ponto mais do que a taxa de 1941, devido ao natural incremento da população urbana, que assumiu assim maior pêso.

O nosso pressuposto é agora o de que o aparelho escolar atual, tomadas algumas poucas mas eficazes providências, pudesse e devesse fazer face à responsabilidade de educar, no currículo previsto, as crianças que o procuram e que constituem aquêle efetivo virtual.

Carecentes de admissão escolar ficariam, portanto, apenas:

— os 5% da população escolar urbana, ou sejam 85 777 crianças,

— e os 46% da população escolar rural, isto é, 1 889 582 infantes.

Quanto aos primeiros, haverá, sem dúvida, recursos para que possam ser atendidos pelo aparelho escolar já existente, seja nas escolas comuns, seja nos patronatos e asilos. Ficassem todos êles a cargo do ensino primário, e as médias dos acréscimos por escola e por professor seriam insignificantes, pois mesmo para os competentes efetivos em 1941 (9 769 escolas e 41 409 docentes), elas não atingiriam a 8 unidades no primeiro caso e a 3 no segundo. Isto é, ficariam cabendo em média e a mais a cada escola, *certamente* menos que oito novos alunos, e a cada professor, menos de 3.

No que tange aos últimos, é que se torna preciso, para o seu aproveitamento, ampliar a rêde escolar rural.

O exame das cadernetas censitárias poderia indicar desde já muitos dos povoados sem escolas em que existissem 38 ou mais casas residenciais. Êsses núcleos, segundo a média de 4 habitantes por família, terão 152 ou mais pessoas, entre as quais haverá pelo menos 19 crianças de 7 a 11 anos, efetivo que possibilitaria a criação de uma escola com aquela matrícula geral entre novos e repetentes.

Informação mais atual e mais exata, todavia, se poderia obter fàcilmente por intermédio das Agências Municipais de Estatística, que já se estão tornando regularmente eficientes sob a administração direta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Entretanto, antes de fixarmos a hipótese de trabalho a que aludimos, fique assentado que as escolas rurais atualmente existentes poderiam também receber, tal qual admitimos para o ensino urbano, uma quota suplementar, além do seu discipulado virtual, isto é, a mais do corpo discente que decorresse da sua matrícula de novos na 1.ª série.

Se as escolas urbanas não recebem de fato senão 95% do discipulado existente nas respectivas áreas de serventia, mas poderiam em verdade receber a quota restante; e se êsse vigésimo faltante corresponde a um pouco mais de 5 % do respectivo discipulado virtual; — assim sendo, é razoável que se postule a capaci-

dade suplementar destinada a fim análogo para o sistema rural, expressa com prudência nesses mesmos 5 % do discipulado virtual, ou seja o *normalmente* resultante da matrícula de novos na série inicial.

Êsse justo pressuposto permite-nos, pois, abater nada menos de 110 910 unidades no *deficit* de 1 889 582 lugares na escola rural, cujo remanescente fica sendo, então, de 1 778 672, a exprimir, por fim, a ampliação total — *e real* — necessária à presente capacidade do nosso ensino primário.

As médias de que podemos lançar mão para estimar o número de escolas necessárias são as do ensino "distrital" (das vilas) e as do ensino "rural" pròpriamente dito. As primeiras exprimiam-se, em 1941, por 79 alunos, e as segundas, por 50 alunos, dando em resultado a média geral de 55 discentes por escola.

Ora, no mesmo ano o discipulado virtual do ensino "não urbano" (em relação à real matrícula de novos na 1.ª série), a que as escolas respectivas, então existentes, deveriam atender para atingir o seu "estado completo" (2 064 841), poderia acrescer-se de 5% (ou mais 103 242), como capacidade suplementar admissível, — semelhantemente ao suposto para a zona urbana, a fim de atender às crianças que já estivessem ao alcance da escola mas ainda não escolarizadas. Tal discipulado seria, assim, de 2 168 083 unidades, ou seja para um total de 28 910 escolas "rurais" (no sentido lato), 75 alunos por escola. Taxa que excede a real (também abrangente de todo o discipulado) em 36%.

Admitamos, portanto, que possamos adotar, para as novas escolas que se tivessem de criar em benefício respectivamente dos dois primeiros grupos de centros demográficos formadores do *deficit* em aprêço, as mesmas médias verificadas no ensino "distrital" e no "rural", majoradas na proporção daquela taxa, isto é, 36%. O que daria para o primeiro contingente a média de 107 alunos por escola, e para o segundo, a de 68.

Estabelecendo agora a hipótese de trabalho que nos permita avaliar o número de escolas e professôres necessários à ampliação exigível, assentemos que a população rural efetivamente sem escolas (1 778 672 crianças em 1946, como acabamos de determinar) se possa distribuir — é uma hipótese precária, reconhecemos, mas já a deixamos justificada — em quatro grupos com os pesos respectivos de *dez, seis, três e um*. Isto importa em dividir o total por 20 e constituir os quatro grupos da seguinte forma:

1.º	88 933,6	×	10 =	889 336
2.º	»	×	6 =	533 602
3.º	»	×	3 =	266 801
4.º	»	×	1 =	88 933
			Total.....	1 778 672

O 1.º grupo se supõe correspondente ao das crianças dos núcleos demográficos que ainda não têm escola, mas já a comportam com a média de 107 alunos. (É esta a média verificada em 1941 no ensino "distrital", ou das *vilas*, aumentada de 36%.) O 2.º seria constituído pelos infantes dos povoados menores, que não poderiam formar, em suas áreas, senão discipulados médios de 68 alunos (os 50 verificados no mesmo ano de 1941, quanto ao ensino rural, com a suplementação de 36%). O 3.º computaria os pequenos "arraiais" que não pudessem ser atendidos senão por escolas do mais modesto tipo possível, isto é, destinadas a funcionar com 24 alunos (em média). E o 4.º grupo, finalmente, se comporia daquela parte das gerações em idade escolar que, pela dispersão dos seus elementos, não poderia sequer oferecer, dentro de qualquer perímetro escolar, o mínimo de 19 alunos,

ou sejam os infantes de 7 a 11 anos de um núcleo de 38 famílias de 4 pessoas em média, habitantes de um círculo de 3 quilômetros de raio (ou 28 quilômetros quadrados), de que uma escola fôsse o centro.

Isto pôsto, o cômputo decorrente da discriminação proposta é o seguinte:

— para o primeiro contingente, de 889 336 infantes, a 107 alunos por unidade escolar, 8 302 escolas;

— para o segundo, com 532 602 crianças, 7 847 escolas, cada uma das quais com 68 alunos em média;

— para o terceiro, admitindo-se, umas pelas outras, 24 alunos para cada agência escolar, sendo as crianças em número de 266 801, as escolas precisas seriam em número de 11 117;

— e para o último, abrangente de 88 933 crianças, instituir-se-iam as "vilas escolares", destinadas a recolher todo o remanescente discipulado não compreendido nos demais grupos; tais educandários poderiam ser orçados na base de não menos de um por Unidade da Federação, e não mais de 45 ao todo, dado que a lotação normal de cada um dêles não conviria fôsse inferior a 2 000 discentes.

Seriam, pois, ao todo, mais cêrca de 30 000 escolas (precisamente 27 311, segundo a previsão formulada), o que corresponde ao acréscimo de cêrca de 70% em relação às atualmente existentes (orçadas estas em 44 000). As daquele último tipo, porém, constituiriam educandários de ensino técnico-profissional, cujos discentes se recrutariam, portanto, não aos 7 anos de idade, mas, possìvelmente, aos 11 ou aos 12.

*

O magistério dessas novas escolas não é difícil de estimar, atendendo-se a que, tanto no ensino "distrital" como no "rural", a média de alunos por professor foi de 47 em 1941. Elevar-se-ia correlatamente êsse resultado de 36%, obtendo-se a média de 64, que se justifica bem para o "discipulado virtual" (determinado pela matrícula de novos na 1.ª série) do ensino "rural" em sentido lato.

E assim:

— ao primeiro e ao segundo grupos, compreendendo ao todo 16 149 escolas, poder-se-ia atribuir aquela mesma média de alunos por professor, decorrente do discipulado virtual do ensino que classificamos como "rural" (em sentido largo), isto é, a de 64 escolares por mestre, obtendo assim, ao todo, 22 218 docentes;

— para o terceiro grupo, todo êle formado de escolas de um só mestre, seriam precisos 11 117 docentes;

— para o quarto, finalmente, no qual cada turma teria mais de um professor, seria prudente não adotar média superior a 30 discentes por mestre, o que exigiria cêrca de 3 000 professôres (2 964 precisamente, na proporção indicada).

Por conseguinte, o plano que pretendesse criar as escolas destinadas a completar em extensão o nosso sistema de ensino primário, deveria prever um corpo docente constituído de 36 299 mestres (entre titulares de cadeiras e adjuntos do ensino), representando êsse total aproximadamente 43 % do efetivo ora empregado, avaliável em 86 000.

*

Quanto à despesa que o plano exigiria, não há interêsse em prevê-la aqui segundo determinados pressupostos. O cômputo não oferece qualquer dificuldade,

uma vez que se conhece a despesa média por aluno nos diferentes Estados. Mas seria ocioso, pois depende das diretrizes básicas, mais ou menos avançadas, que o Govêrno julgasse conveniente prefixar.

De resto, ninguém poria em dúvida pudesse o Brasil, em hora pressaga, — como o foi a da agressão sofrida no grande lance da guerra mundial —, convocar fàcilmente para enfrentar em armas uma situação crítica, muito mais de setenta ou oitenta mil dos seus filhos. Não haveria, portanto, que temer a impossibilidade de conclamarmos cêrca de 40 000 novos mestres primários, efetuando com isto uma despesa incomparàvelmente inferior à daquele esfôrço militar, mas destinada ao mais reprodutivo dos fins, ou seja para uma obra que — sôbre ser, por outro lado, do mais transcendente e luminoso sentido humano, — é também de "defesa nacional", pois, melhor que qualquer outra, salvaguardará a unidade, o patrimônio, o progresso e a segurança da Pátria.

Não somos nós que o dizemos. Afirmou-o o verbo apostolar de Rui Barbosa, no seu magistral parecer de 1882 sôbre o ensino primário. E o Prof. Oscar Clark, também êle um apóstolo da verdadeira educação nacional, em seu recente livro "A Política dos Campos de Saúde", lembra em epígrafe aquela magnífica certeza de F. W. Sanderson: "Transformemos a vida da escola, que os alunos transformarão a vida da Nação e do mundo inteiro"; acrescentando, da sua parte, e com a melhor das razões: "Não há melhor emprêgo de capital do que o que se gasta em prol da educação, da saúde e do caráter do homem, que é o mais valioso fator econômico das Nações. Cuidemos, pois, da criança brasileira, *que tudo mais virá naturalmente.*"

O que deixamos dito, portanto, parece-nos ser, em ligeira síntese, a contribuição mais útil que nos seria possível oferecer de pronto, no intuito de documentar e esclarecer o propósito, que o Govêrno da República vem alvissareiramente manifestando, de uma ofensiva em grande estilo a favor da educação primária da nossa gente.

*

Não cremos — já o dissemos — que êsses números sejam desalentadores. Bem ao contrário. Se, por um lado, nos desolam, — ou melhor, nos humilham, — por outro, animam, fazem compreender, e confortam. Conhecer bem os fatos, é meio caminho andado para o êxito. E os números são em verdade encorajadores, dado que revelam os bons e os maus aspectos, os que facilitam a tarefa e os que a dificultam e cumpre corrigir, alguns dêles só agora descobertos e focalizados em forma ainda inédita nessa ordem de investigações.

É certo que a nossa escola só está atendendo, nesta hora, com um ensino falho e que para a maior parte dos seus beneficiários ficará incompleto, a pouco mais de 65% da última geração que acolheu. Bem certo, a educação que pode dar é, em regra, da pior qualidade, sem a compreensão e o sentido humano que devia ter; e o rendimento dessa educação não atinge, em média, senão a níveis irrisórios. É certo que, no decênio de 1932/1941 (e as proporções pouco melhoraram no presente), a nossa escola só "educou" — nas mesquinhas condições em que pode atualmente fazê-lo — a 36% das crianças cuja aprovação na 3.ª série o seu movimento de inscrições poderia proporcionar; e a 22% do total que lhe cumpria ter atraído aos bancos escolares para receber um ensino não inferior ao que se exprime na aprovação final do curso de 3 séries. É certo que os quadros escolares estão desequilibrados, — na série inicial, principalmente, e ainda um pouco na 2.ª —, devido a uma perdulária e manietadora massa de repetentes. É certo que ocorre grande "evasão" de escolares, — quer na freqüência diária, quer na passagem da matrícula geral para a matrícula efetiva,

desta para as provas do fim do ano, e, depois, de série para série, tanto entre os que devem repetir o ano como entre os que conseguem ser promovidos. É certo que o número de dias de aula, no ano letivo, é insuficiente para um trabalho escolar em profundidade; e que as escolas de um professor — e são a maioria — freqüentemente permanecem fechadas durante longo tempo, por motivos vários. É certo que são péssimos sob todos os pontos de vista, e na sua maior parte, os prédios escolares; e que as escolas não têm as instalações essenciais, nem o equipamento, nem o material didático, nem os demais recursos que lhes cumpria possuir, como agências sociais de assistência, higiêne, iniciação em trabalhos manuais, recreio, ensino, cultura e civilização. É certo que os mestres são mal preparados e mal selecionados, mal pagos e mal estimulados. E ainda mal orientados. Nem contam, sequer, quaisquer recursos de aperfeiçoamento ou de amparo para as suas iniciativas melhor intencionadas. É certo que as administrações regionais do ensino são via de regra mal organizadas e paupérrimas de recursos materiais e humanos. É certo que muitas crianças só podem ser servidas por escolas caras, destinadas a poucos alunos, ou então, como fôra melhor, em regime de internato ou semi-internato, instituído em "vilas-escolares". Organizações, estas, integrantes das "Colônias-Escolas" que se destinassem, não só a reajustar, para o trabalho e para a vida social da Nação, os brasileiros dispersos nos latifúndios mal povoados, mas também a ambientar e "abrasileirar" as massas imigratórias que fôssemos recebendo. E' certo, finalmente, que corrigir ou atender a tudo isso exige dinheiro, muito dinheiro, e o País se vê a braços com a maior crise econômica, social e financeira da sua história, quando, por conseguinte, lhe escasseiam recursos para empreendimentos de grande envergadura.

Nada disso importa, contudo. As deficiências e os óbices podem ser contornados, senão neutralizados ou superados. Para isso temos recursos e possibilidades que bastam. O sombrio quadro existe, não há dúvida. E, para muitos, talvez *pareça* sugerir que a Nação cruze os braços até que passe esta hora difícil. Mas a verdade, a estimulante e confortadora verdade é que tudo nos *convida* e *impele* à ação pronta e enérgica. Primeiro, porque só dessa mesma ação sobrevirá o remédio a muitos dos males que, ensombrando-a, entorpecem e tolhem a vida nacional. E segundo, porque há, por outro lado, circunstâncias de sentido oposto, que facilitam a tarefa e asseguram o êxito. Eis os fatôres positivos.

Também é verdade que a Nação já envia à escola, nas zonas urbanas, 95% dos seus infantes, e nas áreas rurais, mais da metade dêles. É verdade igualmente que as crianças, apesar de tudo, já se mantêm na escola por tempo suficiente para que possam ser educadas. É verdade ainda que um fácil trabalho de reajustamento e atratividade sôbre o discipulado fará com que a escola atual ponha côbro à evasão prematura dos seus alunos, e eduque, *de fato*, mais do que 65% de cada geração, em vez dos 26% que está atualmente educando. É verdade, por igual, que não mais talvez de 30 000 novas mas modestas agências escolares bastem para atender ao discipulado total do nosso ensino primário. É verdade que, se as vilas escolares conjugarem inteligentemente os seus objetivos com os do ensino profissional, barateando assim o custeio de uns e outros, atingirão elas melhor os seus fins, máxime se forem instituídos tais educandários como elementos integrantes daqueles centros apropriados de "reajustamento social", onde se preparem para uma vida rural condigna, quer os brasileiros que ainda vivem em sua própria terra como párias, em completo isolamento social, quer as massas imigratórias que nos hão de procurar, trazendo-nos línguas, hábitos

e estruturas sociais estranhas. Verdade é, ao mesmo tempo, que a cooperação real, firme e harmônicamente estabelecida, entre a União, os Estados, os Municípios e a iniciativa privada, pode operar o milagre da multiplicação dos recursos para uma obra educativa bem conduzida, dentro de um grande sistema nacional, como a um só tempo sugerem os princípios cardiais do nosso regime político, as normas elementares de racionalização e barateamento do trabalho, e os mais imperiosos interêsses da República. E é verdade ainda: — a escola que não só ensine, eduque e recreie, mas também proteja e preste assistência, pode ter rendimento integral em um tempo médio, por aluno, já bem inferior ao dilatado qüinqüênio que os números por enquanto configuram como exigência das condições sociais do momento, durante uma fase de transição. Verdade é, da mesma forma, que o magistério primário brasileiro, se fôr remunerado com justiça — senão mesmo com liberalidade, como fôra mister —, e se estiver seguro de uma progressão regular de vencimentos, de possuir moradia condigna anexa à escola, sentindo-se ao mesmo tempo amparado por outras vantagens cabíveis, como a bonificação, pelo Natal, de um mês de vencimentos, facilidades de viagem durante as férias, abono familiar, e indenização compensadora quando exercer seu ministério longe dos grandes centros, em condições incômodas ou perigosas; atendidas tais condições, será então, por certo, — êsse magistério, ao qual não falecem predicados de devotamento, patriotismo e entusiasmo — um colaborador eficiente, e merecedor de tôda a confiança, para a grande cruzada de redenção nacional, que é a educação integral do nosso povo.

*

Nos momentos decisivos de ação, tem-nos confortado muitas vêzes aquela assombrosa e magnífica mensagem de Foch, leal, corajosa e confiante, na véspera da batalha do Marne. Relatava sem atenuantes os sucessivos e catastróficos desmoronamentos da frente aliada; o esmagamento dos seus mais sólidos bastiões; a desarticulação e a derrota em vários setores; a avançada incontida e esmagadora do inimigo. Tôda a assustadora realidade. Mas, cônscio também de que eram reais as "possibilidades" ainda invisíveis que um plano prévio bem assentado e bem conduzido lhe assegurava, resumia o quadro e dizia dos seus propósitos. Milagre de patriotismo e de fé na inteligência: a situação, malgrado tudo, era ótima!... E concluía afirmando que iria atacar, à sua vez, na certeza de êxito.

Pois bem. Mensagem semelhante talvez seja esta pela qual o atual Govêrno da República, tanto pela promessa do seu eminente chefe como pelas afirmações do esclarecido titular da pasta da Educação e Saúde, vem declarando à Nação que, sejam quais forem os embargos que se ofereçam, será empreendida, afinal, uma política educacional capaz de sanar a insuficiência do ensino primário brasileiro.

E se na realização dêsse objetivo — que é, sem exagêro, o maior anseio do Brasil — fôr seguido o rumo que a realidade nacional nos está indicando, não fracassaremos. Êsse empreendimento, por certo não menos transcendente, nem menos nobre e imperioso que o da abolição da escravatura, é o único meio de erguer o país e fazê-lo assumir, com a plena consciência dos seus destinos, as grandes responsabilidades históricas que o aguardam. Nesta afirmação se resume o testemunho sincero que à Nação traz a Estatística, no cumprimento do seu severo dever de veracidade e previsão.

Rio de Janeiro, em 29 de maio de 1946.

ANEXO I

RESULTADOS RETIFICADOS DA MATRÍCULA E MOVIMENTO GERAL DE APROVAÇÕES, DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
ENSINO URBANO							
1932							
1.ª série	195 087	302 362	497 449	163 119	252 815	415 934	177 786
2.ª "	148 765	100 988	249 753	130 173	88 367	218 540	129 429
3.ª "	108 644	59 407	168 051	95 743	52 352	148 095	97 895
4.ª "	72 163	27 760	99 923	64 012	24 625	88 637	64 929
5.ª "	12 121	1 779	13 900	10 101	1 482	11 583	10 001
Até a 3.ª série	452 496	462 757	915 253	389 035	393 534	782 569	405 110
" " 4.ª "	524 659	490 517	1 015 176	453 047	418 159	871 206	470 039
" " 5.ª "	536 780	492 296	1 029 076	463 148	419 641	882 789	480 040
1933							
1.ª série	199 061	351 464	550 525	168 378	297 291	465 669	197 798
2.ª "	148 649	100 909	249 558	115 511	78 413	193 924	122 572
3.ª "	97 815	53 486	151 301	83 960	45 910	129 870	87 065
4.ª "	65 761	25 297	91 058	56 945	21 906	78 851	58 507
5.ª "	13 527	1 985	15 512	11 928	1 750	13 678	9 640
Até a 3.ª série	445 525	505 859	951 384	367 849	421 614	789 463	407 435
" " 4.ª "	511 286	531 156	1 042 442	424 794	443 520	868 314	465 942
" " 5.ª "	524 813	533 141	1 057 954	436 722	445 270	881 992	475 582
1934							
1.ª série	206 158	354 925	561 083	169 701	292 161	461 862	197 661
2.ª "	157 444	101 252	258 696	131 797	84 759	216 556	135 544
3.ª "	114 355	61 106	175 461	96 074	51 338	147 412	99 356
4.ª "	77 159	31 404	108 563	66 123	26 912	93 035	68 886
5.ª "	14 928	5 904	20 832	13 132	5 194	18 326	13 203
Até a 3.ª série	477 957	517 283	995 240	397 572	428 258	825 830	432 561
" " 4.ª "	555 116	548 687	1 103 803	463 695	455 170	918 865	501 447
" " 5.ª "	570 044	554 591	1 124 635	476 827	460 364	937 191	514 650
1935							
1.ª série	223 182	360 649	583 831	183 881	297 141	481 022	201 393
2.ª "	171 138	105 922	277 060	141 907	87 830	229 737	134 331
3.ª "	123 782	69 298	193 080	102 589	57 433	160 022	102 388
4.ª "	79 668	34 179	113 847	67 862	29 114	96 976	67 464
5.ª "	12 830	5 744	18 574	10 316	4 619	14 935	10 970
Até a 3.ª série	518 102	535 869	1 053 971	428 377	442 404	870 781	438 112
" " 4.ª "	597 770	570 048	1 167 818	496 239	471 518	967 757	505 576
" " 5.ª "	610 600	575 792	1 186 392	506 555	476 137	982 692	516 546
1936							
1.ª série	225 707	360 010	585 717	183 934	293 382	477 316	222 164
2.ª "	159 541	112 177	271 718	132 352	93 060	225 412	142 857
3.ª "	113 086	75 898	188 984	94 536	63 448	157 984	105 515
4.ª "	82 765	40 553	123 318	70 865	34 722	105 587	76 587
5.ª "	10 667	6 019	16 686	8 901	5 022	13 923	9 558
Até a 3.ª série	498 334	548 085	1 046 419	410 822	449 890	860 712	470 536
" " 4.ª "	581 099	588 638	1 169 737	481 687	484 612	966 299	547 123
" " 5.ª "	591 766	594 657	1 186 423	490 588	489 634	980 222	556 681

ANEXO I

RESULTADOS RETIFICADOS DA MATRÍCULA E MOVIMENTO GERAL DE APROVAÇÕES, DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
			ENSINO URBANO (concl.)				
1937							
1.ª série	237 111	363 127	600 238	193 638	296 549	490 187	228 639
2.ª "	182 784	105 164	287 948	152 102	87 512	239 614	154 003
3.ª "	125 145	72 700	197 845	105 312	61 179	166 491	113 240
4.ª "	87 541	41 323	128 864	74 867	35 341	110 208	81 844
5.ª "	12 899	6 227	19 126	11 222	5 418	16 640	11 580
Até a 3.ª série	545 040	540 991	1 086 031	451 052	445 240	896 292	495 882
" " 4.ª "	632 581	582 314	1 214 895	525 919	480 581	1 006 500	577 726
" " 5.ª "	645 480	588 541	1 234 021	537 141	485 999	1 023 140	589 306
1938							
1.ª série	248 991	370 981	619 972	202 156	301 200	503 356	235 325
2.ª "	200 272	116 223	316 495	166 766	96 779	263 545	166 799
3.ª "	140 261	76 582	216 843	117 705	64 267	181 972	125 802
4.ª "	98 652	43 484	142 136	84 977	37 456	122 433	92 711
5.ª "	14 766	6 897	21 663	12 744	5 953	18 697	13 906
Até a 3.ª série	589 524	563 786	1 153 310	486 627	462 246	948 873	527 926
" " 4.ª "	688 176	607 270	1 295 446	571 604	499 702	1 071 306	620 637
" " 5.ª "	702 942	614 167	1 317 109	584 348	505 655	1 090 003	634 543
1939							
1.ª série	264 450	417 445	681 895	212 693	335 745	548 438	261 147
2.ª "	209 858	132 590	342 448	174 361	110 163	284 524	188 815
3.ª "	158 770	86 124	244 894	133 557	72 447	206 004	146 242
4.ª "	114 535	48 175	162 710	98 481	41 422	139 903	108 449
5.ª "	25 849	8 829	34 678	22 557	7 704	30 261	22 507
Até a 3.ª série	633 078	636 159	1 269 237	520 611	518 355	1 038 966	596 204
" " 4.ª "	747 613	684 334	1 431 947	619 092	559 777	1 178 869	704 653
" " 5.ª "	773 462	693 163	1 466 625	641 649	567 481	1 209 130	727 160
1940							
1.ª série	274 664	405 287	679 951	222 395	328 160	550 555	259 363
2.ª "	226 942	132 631	359 573	188 476	110 150	298 626	197 239
3.ª "	171 142	89 149	260 291	144 820	75 437	220 257	159 052
4.ª "	124 805	49 245	174 050	107 674	42 486	150 160	117 866
5.ª "	27 776	10 061	37 837	24 184	8 760	32 944	25 124
Até a 3.ª série	672 748	627 067	1 299 815	555 691	513 747	1 069 438	615 654
" " 4.ª "	797 553	676 312	1 473 865	663 365	556 233	1 219 598	733 520
" " 5.ª "	825 329	686 373	1 511 702	687 549	564 993	1 252 542	758 644
1941							
1.ª série	281 761	384 746	666 507	228 019	311 361	539 380	264 213
2.ª "	217 576	134 988	352 564	181 747	112 759	294 506	199 188
3.ª "	177 133	90 246	267 379	149 245	76 037	225 282	162 591
4.ª "	136 054	50 554	186 608	117 493	43 657	161 150	125 926
5.ª "	29 634	10 286	39 920	25 974	9 015	34 989	26 378
Até a 3.ª série	676 470	609 980	1 286 450	559 011	500 157	1 059 168	625 992
" " 4.ª "	812 524	660 534	1 473 058	676 504	543 814	1 220 318	751 918
" " 5.ª "	842 158	670 820	1 512 978	702 478	552 829	1 255 307	778 296

ANEXO I

RESULTADOS RETIFICADOS DA MATRÍCULA E MOVIMENTO GERAL DE APROVAÇÕES, DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
ENSINO RURAL							
1932							
1.ª série	309 534	361 548	671 082	269 930	315 290	585 220	197 226
2.ª "	124 417	66 338	184 755	108 504	52 620	161 124	93 177
3.ª "	52 640	21 587	74 227	46 386	19 022	65 408	41 702
4.ª "	12 928	4 724	17 652	11 308	4 086	15 394	13 016
5.ª "	2 068	220	2 288	1 587	169	1 756	1 459
Até a 3.ª série	486 591	443 473	930 064	424 820	386 932	811 752	332 105
" " 4.ª "	499 519	448 197	947 716	436 128	391 018	827 146	345 121
" " 5.ª "	501 587	448 417	950 004	437 715	391 187	828 902	346 580
1933							
1.ª série	307 141	428 090	735 231	267 029	372 182	639 211	214 700
2.ª "	130 914	63 489	194 403	113 601	55 093	168 694	97 692
3.ª "	67 325	27 609	94 934	58 782	24 106	82 888	54 078
4.ª "	17 655	3 736	21 391	15 170	3 181	18 351	15 653
5.ª "	3 324	382	3 706	2 874	325	3 199	2 055
Até a 3.ª série	505 380	519 188	1 024 568	439 412	451 381	890 793	366 470
" " 4.ª "	523 035	522 924	1 045 959	454 582	454 562	909 144	382 123
" " 5.ª "	526 359	523 306	1 049 665	457 456	454 887	912 343	384 178
1934							
1.ª série	324 085	473 295	797 380	279 076	407 563	686 639	219 380
2.ª "	140 630	65 291	205 921	120 682	56 030	176 712	109 358
3.ª "	74 992	32 975	107 967	64 651	28 428	93 079	63 553
4.ª "	19 723	4 528	24 251	16 545	3 799	20 344	17 254
5.ª "	3 252	1 457	4 709	2 849	1 276	4 125	2 781
Até a 3.ª série	539 707	571 561	1 111 268	464 409	492 021	956 430	392 291
" " 4.ª "	559 430	576 089	1 135 519	480 954	495 820	976 774	409 545
" " 5.ª "	562 682	577 546	1 140 228	483 803	497 096	980 899	412 326
1935							
1.ª série	351 841	454 099	805 940	305 538	394 338	699 876	232 980
2.ª "	173 473	75 923	249 396	149 458	65 413	214 871	118 764
3.ª "	97 830	40 264	138 094	84 929	34 955	119 884	67 604
4.ª "	23 509	5 729	29 238	19 771	4 818	24 589	15 817
5.ª "	3 257	1 277	4 534	2 614	1 025	3 639	2 295
Até a 3.ª série	623 144	570 286	1 193 430	539 925	494 706	1 034 631	419 348
" " 4.ª "	646 653	576 015	1 222 668	559 696	499 524	1 059 220	435 165
" " 5.ª "	649 910	577 292	1 227 202	562 310	500 549	1 062 859	437 460
1936							
1.ª série	377 993	557 244	935 237	322 218	475 019	797 237	310 328
2.ª "	171 408	95 360	266 768	147 045	81 806	228 851	133 031
3.ª "	88 372	53 132	141 504	76 487	45 986	122 473	73 569
4.ª "	18 812	9 517	28 329	15 806	7 996	23 802	15 328
5.ª "	3 227	1 966	5 193	2 712	1 653	4 365	2 471
Até a 3.ª série	637 773	705 736	1 343 509	545 750	602 811	1 148 561	516 928
" " 4.ª "	656 585	715 253	1 371 838	561 556	610 807	1 172 363	532 256
" " 5.ª "	659 812	717 219	1 377 031	564 268	612 460	1 176 728	534 727

ANEXO I

RESULTADOS RETIFICADOS DA MATRÍCULA E MOVIMENTO GERAL DE APROVAÇÕES, DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
			ENSINO RURAL (concl.)				
1937							
1.ª série	416 911	547 038	963 949	356 084	467 226	823 310	304 979
2.ª "	206 822	88 492	295 314	178 798	76 502	255 300	156 625
3.ª "	109 621	57 139	166 760	96 475	50 286	146 761	94 651
4.ª "	23 919	12 782	36 701	20 617	11 017	31 634	22 145
5.ª "	3 461	2 177	5 638	2 921	1 838	4 759	3 023
Até a 3.ª série	733 354	692 669	1 426 023	631 357	594 014	1 225 371	556 255
" " 4.ª "	757 273	705 451	1 462 724	651 974	605 031	1 257 005	578 400
" " 5.ª "	760 734	707 628	1 468 362	654 895	606 869	1 261 764	581 423
1938							
1.ª série	423 313	585 748	1 009 061	353 148	488 658	841 806	324 706
2.ª "	227 248	102 380	329 628	188 407	84 882	273 289	158 889
3.ª "	130 529	61 819	192 348	106 282	50 335	156 617	95 609
4.ª "	34 252	13 620	47 872	28 709	11 416	40 125	28 078
5.ª "	4 059	2 286	6 345	3 487	1 964	5 451	3 830
Até a 3.ª série	781 090	749 947	1 531 037	647 837	623 875	1 271 712	579 204
" " 4.ª "	815 342	763 567	1 578 909	676 546	635 291	1 311 837	607 282
" " 5.ª "	819 401	765 853	1 585 254	680 033	637 255	1 317 288	611 112
1939							
1.ª série	405 012	601 703	1 006 715	338 888	503 466	842 354	322 372
2.ª "	199 960	105 069	305 029	168 198	88 380	256 578	153 449
3.ª "	99 499	61 909	161 408	84 437	52 537	136 974	88 114
4.ª "	29 275	13 863	43 138	25 191	11 929	37 120	27 272
5.ª "	2 338	772	3 110	2 012	664	2 676	1 590
Até a 3.ª série	704 471	768 681	1 473 152	591 523	644 383	1 235 906	563 935
" " 4.ª "	733 746	782 544	1 516 290	616 714	656 312	1 273 026	591 207
" " 5.ª "	736 084	783 316	1 519 400	618 726	656 976	1 275 702	592 797
1940							
1.ª série	417 817	599 554	1 017 371	347 719	498 966	846 685	317 227
2.ª "	218 874	103 376	322 250	184 572	87 175	271 747	161 883
3.ª "	114 124	55 994	170 118	96 443	47 319	143 762	93 802
4.ª "	31 368	12 027	43 395	27 040	10 367	37 407	27 734
5.ª "	2 549	884	3 433	2 263	785	3 048	2 048
Até a 3.ª série	750 815	758 924	1 509 739	628 734	633 460	1 262 194	572 912
" " 4.ª "	782 183	770 951	1 553 134	655 774	643 827	1 299 601	600 646
" " 5.ª "	784 732	771 835	1 556 567	658 037	644 612	1 302 649	602 694
1941							
1.ª série	434 475	593 280	1 027 755	364 783	498 116	862 899	321 080
2.ª "	216 426	108 727	321 153	182 227	91 547	273 774	168 376
3.ª "	122 635	59 474	182 109	103 843	50 361	154 204	103 079
4.ª "	32 466	12 341	44 807	28 232	10 732	38 964	29 086
5.ª "	2 831	965	3 796	2 474	843	3 317	2 238
Até a 3.ª série	773 536	761 481	1 535 017	650 853	640 024	1 290 877	592 535
" " 4.ª "	806 002	773 822	1 579 824	679 085	650 756	1 329 841	621 621
" " 5.ª "	808 833	774 787	1 583 620	681 559	651 599	1 333 158	623 859

ANEXO I

RESULTADOS RETIFICADOS DA MATRÍCULA E MOVIMENTO GERAL DE APROVAÇÕES, DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
RESUMO							
1932							
1.ª série	504 621	663 910	1 168 531	433 049	568 105	1 001 154	375 012
2.ª "	273 182	161 326	434 508	238 677	140 987	379 664	222 606
3.ª "	161 284	80 994	242 278	142 129	71 374	213 503	139 597
4.ª "	85 091	32 484	117 575	75 320	28 711	104 031	77 945
5.ª "	14 189	1 999	16 188	11 688	1 651	13 339	11 460
Até a 3.ª série	939 087	906 230	1 845 317	813 855	780 466	1 594 321	737 215
" " 4.ª "	1 024 178	938 714	1 962 892	889 175	809 177	1 698 352	815 160
" " 5.ª "	1 038 367	940 713	1 979 080	900 863	810 828	1 711 691	826 620
1933							
1.ª série	506 202	779 554	1 285 756	435 407	669 473	1 104 880	412 498
2.ª "	279 563	164 398	443 961	229 112	133 506	362 618	220 264
3.ª "	165 140	81 095	246 235	142 742	70 016	212 758	141 143
4.ª "	83 416	29 033	112 449	72 115	25 087	97 202	74 160
5.ª "	16 851	2 367	19 218	14 802	2 075	16 877	11 695
Até a 3.ª série	950 905	1 025 047	1 975 952	807 261	872 995	1 680 256	773 905
" " 4.ª "	1 034 321	1 054 080	2 088 401	879 376	898 082	1 777 458	848 065
" " 5.ª "	1 051 172	1 056 447	2 107 619	894 178	900 157	1 794 335	859 760
1934							
1.ª série	530 243	828 220	1 358 463	448 777	699 724	1 148 501	417 041
2.ª "	298 074	166 543	464 617	252 479	140 789	393 268	244 902
3.ª "	189 347	94 081	283 428	160 725	79 766	240 491	162 909
4.ª "	96 882	35 932	132 814	82 668	30 711	113 379	86 140
5.ª "	18 180	7 361	25 541	15 981	6 470	22 451	15 984
Até a 3.ª série	1 017 664	1 088 844	2 106 508	861 981	920 279	1 782 260	824 852
" " 4.ª "	1 114 546	1 124 776	2 239 322	944 649	950 990	1 895 639	910 992
" " 5.ª "	1 132 726	1 132 137	2 264 863	960 630	957 460	1 918 090	926 976
1935							
1.ª série	575 023	814 748	1 389 771	489 419	691 479	1 180 898	434 373
2.ª "	344 611	181 845	526 456	291 365	153 243	444 608	253 095
3.ª "	221 612	109 562	331 174	187 518	92 388	279 906	169 992
4.ª "	103 177	39 908	143 085	87 633	33 932	121 565	83 281
5.ª "	16 087	7 021	23 108	12 930	5 644	18 574	13 265
Até a 3.ª série	1 141 246	1 106 155	2 247 401	968 302	937 110	1 905 412	857 460
" " 4.ª "	1 244 423	1 146 063	2 390 486	1 055 935	971 042	2 026 977	940 741
" " 5.ª "	1 260 510	1 153 084	2 413 594	1 068 865	976 686	2 045 551	954 006
1936							
1.ª série	603 700	917 254	1 520 954	506 152	768 401	1 274 553	532 492
2.ª "	330 949	207 537	538 486	279 397	174 866	454 263	275 888
3.ª "	201 458	129 030	330 488	171 023	109 434	280 457	179 084
4.ª "	101 577	50 070	151 647	86 671	42 718	129 389	91 915
5.ª "	13 894	7 985	21 879	11 613	6 675	18 288	12 029
Até a 3.ª série	1 136 107	1 253 821	2 389 928	956 572	1 052 701	2 009 273	987 464
" " 4.ª "	1 237 684	1 303 891	2 541 575	1 043 243	1 095 419	2 138 662	1 079 379
" " 5.ª "	1 251 578	1 311 876	2 563 856	1 054 856	1 102 094	2 156 950	1 091 408

ANEXO I

RESULTADOS RETIFICADOS DA MATRÍCULA E MOVIMENTO GERAL DE APROVAÇÕES, DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
RESUMO (concl.)							
1937							
1.ª série.....	654 022	910 165	1 564 187	549 722	763 775	1 313 497	533 618
2.ª "	389 606	193 656	583 262	330 900	164 014	494 914	310 628
3.ª "	234 766	129 839	364 605	201 787	111 465	313 252	207 891
4.ª "	111 460	54 105	165 565	95 484	46 358	141 842	103 989
5.ª "	16 360	8 404	24 764	14 143	7 256	21 399	14 603
Até a 3.ª série.....	1 278 394	1 233 660	2 512 054	1 082 409	1 039 254	2 121 663	1 052 137
" " 4.ª "	1 389 854	1 287 765	2 677 619	1 177 893	1 085 612	2 263 505	1 156 126
" " 5.ª "	1 406 214	1 296 169	2 702 383	1 192 036	1 092 868	2 284 904	1 170 729
1938							
1.ª série.....	672 304	956 729	1 629 033	555 304	789 858	1 345 162	560 031
2.ª "	427 520	218 603	646 123	355 173	181 661	536 834	325 688
3.ª "	270 790	138 401	409 191	223 987	114 602	338 589	221 411
4.ª "	132 904	57 104	190 008	113 686	48 872	162 558	120 789
5.ª "	18 825	9 183	28 008	16 231	7 917	24 148	17 736
Até a 3.ª série.....	1 370 614	1 313 733	2 684 347	1 134 464	1 086 121	2 220 585	1 107 130
" " 4.ª "	1 503 518	1 370 837	2 874 355	1 248 150	1 134 993	2 383 143	1 227 919
" " 5.ª "	1 522 343	1 380 020	2 902 363	1 264 381	1 142 910	2 407 291	1 245 655
1939							
1.ª série.....	669 462	1 019 148	1 688 610	551 581	839 211	1 390 792	583 519
2.ª "	409 818	237 659	647 477	342 559	198 543	541 102	342 264
3.ª "	258 269	148 033	406 302	217 994	124 984	342 978	234 356
4.ª "	143 810	62 038	205 848	123 672	53 351	177 023	135 721
5.ª "	28 187	9 601	37 788	24 569	8 368	32 937	24 097
Até a 3.ª série.....	1 337 549	1 404 840	2 742 389	1 112 134	1 162 738	2 274 872	1 160 139
" " 4.ª "	1 481 359	1 466 878	2 948 237	1 235 806	1 216 089	2 451 895	1 295 860
" " 5.ª "	1 509 546	1 476 479	2 986 025	1 260 375	1 224 457	2 484 832	1 319 957
1940							
1.ª série.....	692 481	1 004 841	1 697 322	570 114	827 126	1 397 240	576 590
2.ª "	445 816	236 007	681 823	373 048	197 325	570 373	359 122
3.ª "	285 266	145 143	430 409	241 263	122 756	364 019	252 854
4.ª "	156 173	61 272	217 445	134 714	52 853	187 567	145 600
5.ª "	30 325	10 945	41 270	26 447	9 545	35 992	27 172
Até a 3.ª série.....	1 423 563	1 385 991	2 809 554	1 184 425	1 147 207	2 331 632	1 188 566
" " 4.ª "	1 579 736	1 447 263	3 026 999	1 319 139	1 200 060	2 519 199	1 334 166
" " 5.ª "	1 610 061	1 458 208	3 068 269	1 345 586	1 209 605	2 555 191	1 361 338
1941							
1.ª série.....	716 236	978 026	1 694 262	592 802	809 477	1 402 279	585 293
2.ª "	434 002	243 715	677 717	363 974	204 306	568 280	367 564
3.ª "	299 768	149 720	449 488	253 088	126 398	379 486	265 670
4.ª "	168 520	62 895	231 415	145 725	54 389	200 114	155 012
5.ª "	32 465	11 251	43 716	28 448	9 858	38 306	28 616
Até a 3.ª série.....	1 450 006	1 371 461	2 821 467	1 209 864	1 140 181	2 350 045	1 218 527
" " 4.ª "	1 618 526	1 434 356	3 052 882	1 335 589	1 194 570	2 550 159	1 373 539
" " 5.ª "	1 650 991	1 445 607	3 096 598	1 384 037	1 204 428	2 588 465	1 402 155

ANEXO II

COMPUTO DA CAPACIDADE INTEGRAL DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
			ENSINO URBANO				
1932							
1.ª série.....	204 325	149 237	353 562	203 265	148 567	351 832	199 383
2.ª "	195 183	124 113	319 296	194 388	123 657	318 045	191 261
3.ª "	187 232	110 671	297 903	186 595	110 312	296 907	183 854
4.ª "	179 981	105 381	285 362	179 416	105 042	284 458	176 808
5.ª "	173 083	68 552	241 635	172 494	68 310	240 804	170 776
Curso de 3 séries.....	586 740	384 021	970 761	584 248	382 536	966 784	574 498
" " 4 "	766 721	489 402	1 256 123	763 664	487 578	1 251 242	751 306
" " 5 "	939 804	557 954	1 497 758	936 158	555 888	1 492 046	922 082
1933							
1.ª série.....	213 369	155 843	369 212	212 263	155 143	367 406	208 209
2.ª "	203 822	129 607	333 429	202 992	129 131	332 123	199 727
3.ª "	195 518	115 570	311 088	194 852	115 195	310 047	191 990
4.ª "	187 947	110 046	297 993	187 357	109 692	297 049	184 635
5.ª "	180 744	71 587	252 331	180 129	71 334	251 463	178 335
Curso de 3 séries.....	612 709	401 020	1 013 729	610 107	399 469	1 009 576	599 926
" " 4 "	800 656	511 066	1 311 722	797 464	509 161	1 306 625	784 561
" " 5 "	981 400	582 653	1 564 053	977 593	580 495	1 558 088	962 896
1934							
1.ª série.....	222 708	162 664	385 372	221 553	161 933	383 486	217 321
2.ª "	212 742	135 279	348 021	211 876	134 782	346 658	208 468
3.ª "	204 076	120 628	324 704	203 382	120 237	323 619	200 395
4.ª "	196 173	114 862	311 035	195 557	114 492	310 049	192 715
5.ª "	188 656	74 720	263 376	188 014	74 456	262 470	186 142
Curso de 3 séries.....	639 526	418 571	1 058 097	636 811	416 952	1 053 763	626 184
" " 4 "	835 699	533 433	1 369 132	832 368	531 444	1 363 812	818 899
" " 5 "	1 024 355	608 153	1 632 508	1 020 382	605 900	1 626 282	1 005 041
1935							
1.ª série.....	232 349	169 706	402 055	231 144	168 943	400 087	226 729
2.ª "	221 953	141 136	363 089	221 049	140 618	361 667	217 494
3.ª "	212 911	125 850	338 761	212 186	125 442	337 628	209 070
4.ª "	204 665	119 835	324 500	204 022	119 449	323 471	201 058
5.ª "	196 822	77 955	274 777	196 152	77 680	273 832	194 200
Curso de 3 séries.....	667 213	436 692	1 103 905	664 379	435 003	1 099 382	653 293
" " 4 "	871 878	556 527	1 428 405	868 401	554 452	1 422 853	854 351
" " 5 "	1 068 700	634 482	1 703 182	1 064 553	632 132	1 696 685	1 048 551
1936							
1.ª série.....	242 303	176 976	419 279	241 046	176 181	417 227	236 442
2.ª "	231 461	147 182	378 643	230 519	146 641	377 160	226 811
3.ª "	222 032	131 241	353 273	221 276	130 815	352 091	218 026
4.ª "	213 433	124 968	338 401	212 763	124 566	337 329	209 671
5.ª "	205 254	81 294	286 548	204 555	81 007	285 562	202 518
Curso de 3 séries.....	695 796	455 399	1 151 195	692 841	453 637	1 146 478	681 279
" " 4 "	909 229	580 367	1 489 596	905 604	578 203	1 483 807	890 950
" " 5 "	1 114 483	661 661	1 776 144	1 110 159	659 210	1 769 369	1 093 468

ANEXO II

CÔMPUTO DA CAPACIDADE INTEGRAL DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
			ENSINO URBANO (concl.)				
1937							
1.ª série	252 577	184 480	437 057	251 267	183 651	434 918	246 468
2.ª "	241 277	153 422	394 699	240 294	152 858	393 152	236 428
3.ª "	231 446	136 806	368 252	230 659	136 362	367 021	227 271
4.ª "	222 483	130 267	352 750	221 784	129 847	351 631	218 561
5.ª "	213 957	84 742	298 699	213 229	84 443	297 672	211 107
Curso de 3 séries	725 300	474 708	1 200 008	722 220	472 871	1 195 091	710 167
" " 4 "	947 783	604 975	1 552 758	944 004	602 718	1 546 722	928 728
" " 5 "	1 161 740	689 717	1 851 457	1 157 233	687 161	1 844 394	1 139 835
1938							
1.ª série	263 181	192 225	455 406	261 816	191 362	453 178	256 816
2.ª "	251 405	159 864	411 269	250 381	159 277	409 658	246 354
3.ª "	241 164	142 550	383 714	240 343	142 088	382 431	236 813
4.ª "	231 824	135 736	367 560	231 096	135 299	366 395	227 737
5.ª "	222 940	88 299	311 239	222 182	87 987	310 169	219 969
Curso de 3 séries	755 750	494 639	1 250 389	752 540	492 727	1 245 267	739 983
" " 4 "	987 574	630 375	1 617 949	983 636	628 026	1 611 662	967 720
" " 5 "	1 210 514	718 674	1 929 188	1 205 818	716 013	1 921 831	1 187 689
1939							
1.ª série	274 119	200 219	474 338	272 697	199 320	472 017	267 494
2.ª "	261 859	166 512	428 371	260 793	165 900	426 693	256 598
3.ª "	251 192	148 478	399 670	250 337	147 997	398 334	246 661
4.ª "	241 464	141 380	382 844	240 706	140 925	381 631	237 208
5.ª "	232 210	91 971	324 181	231 420	91 647	323 067	229 117
Curso de 3 séries	787 170	515 209	1 302 379	783 827	513 217	1 297 044	770 753
" " 4 "	1 028 634	656 589	1 685 223	1 024 533	654 142	1 678 675	1 007 961
" " 5 "	1 260 844	748 560	2 009 404	1 255 953	745 789	2 001 742	1 237 078
1940							
1.ª série	285 418	208 462	493 880	283 938	207 525	491 463	278 510
2.ª "	272 645	173 371	446 016	271 534	172 734	444 268	267 168
3.ª "	261 540	154 594	416 134	260 650	154 093	414 743	256 822
4.ª "	251 411	147 205	398 616	250 621	146 731	397 352	246 979
5.ª "	241 776	95 760	337 536	240 953	95 422	336 375	238 554
Curso de 3 séries	819 603	536 427	1 356 030	816 122	534 352	1 350 474	802 500
" " 4 "	1 071 014	683 632	1 754 646	1 066 743	681 083	1 747 826	1 049 479
" " 5 "	1 312 790	779 392	2 092 182	1 307 696	776 505	2 084 201	1 288 033
1941							
1.ª série	297 070	216 977	514 047	295 529	216 002	511 531	289 885
2.ª "	283 773	180 447	464 220	282 618	179 784	462 402	278 072
3.ª "	272 217	160 905	433 122	271 290	160 384	431 674	267 306
4.ª "	261 675	153 215	414 890	260 854	152 722	413 576	257 063
5.ª "	251 647	99 669	351 316	250 791	99 317	350 108	248 294
Curso de 3 séries	853 060	558 329	1 411 389	849 437	556 170	1 405 607	835 263
" " 4 "	1 114 735	711 544	1 826 279	1 110 291	708 892	1 819 183	1 092 326
" " 5 "	1 366 382	811 213	2 177 595	1 361 082	808 209	2 169 291	1 340 620

ANEXO II

COMPUTO DA CAPACIDADE INTEGRAL DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
			ENSINO RURAL				
1932							
1.ª série	705 414	515 228	1 220 642	701 756	512 913	1 214 669	688 352
2.ª "	673 851	428 488	1 102 339	671 107	426 914	1 098 021	660 311
3.ª "	646 400	382 081	1 028 481	644 199	380 843	1 025 042	634 738
4.ª "	621 367	363 819	985 186	619 416	362 647	982 063	610 414
5.ª "	597 553	236 672	834 225	595 520	235 837	831 357	589 592
Curso de 3 séries	2 025 665	1 325 797	3 351 462	2 017 062	1 320 670	3 337 732	1 983 401
" " 4 "	2 647 032	1 689 616	4 336 648	2 636 478	1 683 317	4 319 795	2 593 815
" " 5 "	3 244 585	1 926 288	5 170 873	3 231 998	1 919 154	5 151 152	3 183 407
1933							
1.ª série	715 949	522 923	1 238 872	712 235	520 573	1 232 808	698 631
2.ª "	683 913	434 887	1 118 800	681 129	433 289	1 114 418	670 171
3.ª "	656 054	387 787	1 043 841	653 821	386 530	1 040 351	644 219
4.ª "	630 645	369 253	999 898	628 664	368 064	996 728	619 529
5.ª "	606 478	240 206	846 684	604 414	239 359	843 773	598 397
Curso de 3 séries	2 055 916	1 345 597	3 401 513	2 047 185	1 340 392	3 387 577	2 013 021
" " 4 "	2 686 561	1 714 850	4 401 411	2 675 849	1 708 456	4 384 305	2 632 550
" " 5 "	3 293 039	1 955 056	5 248 095	3 280 263	1 947 815	5 228 078	3 230 947
1934							
1.ª série	726 610	530 710	1 257 320	722 841	528 325	1 251 166	709 036
2.ª "	694 098	441 364	1 135 462	691 272	439 742	1 131 014	680 152
3.ª "	665 822	393 561	1 059 383	663 556	392 285	1 055 841	653 809
4.ª "	640 036	374 751	1 014 787	638 026	373 544	1 011 570	628 754
5.ª "	615 508	243 784	859 292	613 414	242 924	856 338	607 308
Curso de 3 séries	2 086 530	1 365 635	3 452 165	2 077 669	1 360 352	3 438 021	2 042 997
" " 4 "	2 726 566	1 740 386	4 466 952	2 715 695	1 733 896	4 449 591	2 671 751
" " 5 "	3 342 074	1 984 170	5 326 244	3 329 109	1 976 820	5 305 929	3 279 059
1935							
1.ª série	737 399	538 589	1 275 988	733 574	536 170	1 269 744	719 563
2.ª "	704 404	447 916	1 152 320	701 536	446 270	1 147 806	690 249
3.ª "	675 709	399 406	1 075 115	673 409	398 111	1 071 520	663 518
4.ª "	649 539	380 315	1 029 854	647 500	379 090	1 026 590	638 090
5.ª "	624 647	247 403	872 050	622 522	246 530	869 052	616 324
Curso de 3 séries	2 117 512	1 385 911	3 503 423	2 108 519	1 380 551	3 489 070	2 073 330
" " 4 "	2 767 051	1 766 226	4 533 277	2 756 019	1 759 641	4 515 660	2 711 420
" " 5 "	3 391 698	2 013 629	5 405 327	3 378 541	2 006 171	5 384 712	3 327 744
1936							
1.ª série	748 316	546 563	1 294 879	744 434	544 107	1 288 541	730 219
2.ª "	714 831	454 548	1 169 379	711 920	452 877	1 164 797	700 467
3.ª "	685 711	405 319	1 091 030	683 378	404 005	1 087 383	673 341
4.ª "	659 155	385 945	1 045 100	657 085	384 702	1 041 787	647 536
5.ª "	633 894	251 066	884 960	631 737	250 180	881 917	625 449
Curso de 3 séries	2 148 858	1 406 430	3 555 288	2 139 732	1 400 989	3 540 721	2 104 024
" " 4 "	2 808 013	1 792 375	4 600 388	2 796 817	1 785 691	4 582 508	2 751 560
" " 5 "	3 441 907	2 043 441	5 485 348	3 428 554	2 035 871	5 464 425	3 377 009

ANEXO II

CÔMPUTO DA CAPACIDADE INTEGRAL DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
			ENSINO RURAL (concl.)				
1937							
1.ª série.....	759 360	554 630	1 313 990	755 421	552 139	1 307 560	740 994
2.ª "	725 381	461 257	1 186 638	722 427	459 563	1 181 990	710 807
3.ª "	695 832	411 301	1 107 133	693 464	409 968	1 103 432	683 279
4.ª "	668 884	391 642	1 060 526	666 784	390 381	1 057 165	657 094
5.ª "	643 250	254 770	898 020	641 061	253 871	894 932	634 678
Curso de 3 séries.....	2 180 573	1 427 188	3 607 761	2 171 312	1 421 670	3 592 982	2 135 080
" " 4 "	2 849 457	1 818 830	4 668 287	2 838 096	1 812 051	4 650 147	2 792 174
" " 5 "	3 492 707	2 073 600	5 566 307	3 479 157	2 065 922	5 545 079	3 426 852
1938							
1.ª série.....	770 534	562 791	1 333 325	766 537	560 262	1 326 799	751 896
2.ª "	736 057	468 043	1 204 100	733 059	466 325	1 199 384	721 267
3.ª "	706 071	417 353	1 123 424	703 667	416 000	1 119 667	693 333
4.ª "	678 726	397 405	1 076 131	676 595	396 125	1 072 720	666 763
5.ª "	652 715	258 520	911 235	650 494	257 608	908 102	644 019
Curso de 3 séries.....	2 212 662	1 448 187	3 660 849	2 203 263	1 442 587	3 645 850	2 166 496
" " 4 "	2 891 388	1 845 592	4 736 980	2 879 858	1 838 712	4 718 570	2 833 259
" " 5 "	3 544 103	2 104 112	5 648 215	3 530 352	2 096 320	5 626 672	3 477 278
1939							
1.ª série.....	781 818	571 046	1 352 864	777 763	568 480	1 346 243	762 921
2.ª "	746 853	474 909	1 221 762	743 811	473 164	1 216 975	731 846
3.ª "	716 429	423 474	1 139 903	713 989	422 101	1 136 090	703 502
4.ª "	688 682	403 235	1 091 917	686 519	401 936	1 088 455	676 543
5.ª "	662 290	262 312	924 602	660 036	261 386	921 422	653 465
Curso de 3 séries.....	2 245 100	1 469 429	3 714 529	2 235 563	1 463 745	3 699 308	2 198 269
" " 4 "	2 933 782	1 872 664	4 806 446	2 922 082	1 865 681	4 787 763	2 874 812
" " 5 "	3 596 072	2 134 976	5 731 048	3 582 118	2 127 067	5 709 185	3 528 277
1940							
1.ª série.....	793 269	579 383	1 372 652	789 154	576 780	1 365 934	774 068
2.ª "	757 770	481 853	1 239 623	754 684	480 084	1 234 768	742 549
3.ª "	726 904	429 667	1 156 571	724 429	428 274	1 152 703	713 790
4.ª "	698 752	409 130	1 107 882	696 559	407 812	1 104 371	686 436
5.ª "	671 975	266 147	938 122	669 689	265 208	934 897	663 022
Curso de 3 séries.....	2 277 943	1 490 903	3 768 846	2 268 267	1 485 138	3 753 405	2 230 407
" " 4 "	2 976 695	1 900 033	4 876 728	2 964 826	1 892 950	4 857 776	2 916 843
" " 5 "	3 648 670	2 166 180	5 814 850	3 634 515	2 158 158	5 792 673	3 579 865
1941							
1.ª série.....	804 831	587 842	1 392 673	800 656	585 201	1 385 857	785 364
2.ª "	768 805	488 872	1 257 677	765 674	487 077	1 252 751	753 360
3.ª "	737 500	435 929	1 173 429	734 989	434 516	1 169 505	724 194
4.ª "	708 937	415 093	1 124 030	706 711	413 756	1 120 467	696 441
5.ª "	681 768	270 027	951 795	679 448	269 074	948 522	672 684
Curso de 3 séries.....	2 311 136	1 512 643	3 823 779	2 301 319	1 506 794	3 808 113	2 262 918
" " 4 "	3 020 073	1 927 736	4 947 809	3 008 030	1 920 550	4 928 580	2 959 359
" " 5 "	3 701 841	2 197 763	5 899 604	3 687 478	2 189 624	5 877 102	3 632 043

ANEXO II

CÔMPUTO DA CAPACIDADE INTEGRAL DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
RESUMO							
1932							
1.ª série.....	909 739	664 465	1 574 204	905 021	661 480	1 566 501	887 735
2.ª "	869 034	552 601	1 421 635	865 495	550 571	1 416 066	851 572
3.ª "	833 632	492 752	1 326 384	830 794	491 155	1 321 949	818 592
4.ª "	801 348	469 200	1 270 548	798 832	467 689	1 266 521	787 222
5.ª "	770 636	305 224	1 075 860	768 014	304 147	1 072 161	760 368
Curso de 3 séries.....	2 612 405	1 709 818	4 322 223	2 601 310	1 703 206	4 304 516	2 557 899
" " 4 "	3 413 753	2 179 018	5 592 771	3 400 142	2 170 895	5 571 037	3 345 121
" " 5 "	4 184 389	2 484 242	6 668 631	4 168 156	2 475 042	6 643 198	4 105 489
1933							
1.ª série.....	929 318	678 766	1 608 084	924 498	675 716	1 600 214	906 840
2.ª "	887 735	564 494	1 452 229	884 121	562 420	1 446 654	869 898
3.ª "	851 572	503 357	1 354 929	848 673	501 725	1 350 398	836 209
4.ª "	818 592	479 299	1 297 891	816 021	477 756	1 293 777	804 164
5.ª "	787 222	311 793	1 099 015	784 543	310 693	1 095 236	776 732
Curso de 3 séries.....	2 668 625	1 746 617	4 415 242	2 657 292	1 739 861	4 397 153	2 612 947
" " 4 "	3 487 217	2 225 916	5 713 133	3 473 313	2 217 617	5 690 930	3 417 111
" " 5 "	4 274 439	2 537 709	6 812 148	4 257 856	2 528 310	6 786 166	4 193 843
1934							
1.ª série.....	949 318	693 374	1 642 692	944 394	690 258	1 634 652	926 357
2.ª "	906 840	576 643	1 483 483	903 148	574 524	1 477 672	888 620
3.ª "	869 898	514 189	1 384 087	866 938	512 522	1 379 460	854 204
4.ª "	836 209	489 613	1 325 822	833 583	488 036	1 321 619	821 469
5.ª "	804 164	318 504	1 122 668	801 428	317 380	1 118 808	793 450
Curso de 3 séries.....	2 726 056	1 784 206	4 510 262	2 714 480	1 777 304	4 491 784	2 669 181
" " 4 "	3 562 265	2 273 819	5 836 084	3 548 063	2 265 340	5 813 403	3 490 650
" " 5 "	4 366 429	2 592 323	6 958 752	4 349 491	2 582 720	6 932 211	4 284 100
1935							
1.ª série.....	969 748	708 295	1 678 043	964 718	705 113	1 669 831	946 292
2.ª "	926 357	589 052	1 515 409	922 585	586 888	1 509 473	907 743
3.ª "	888 620	525 256	1 413 876	885 595	523 553	1 409 148	872 588
4.ª "	854 204	500 150	1 354 354	851 522	498 539	1 350 061	839 148
5.ª "	821 469	325 358	1 146 827	818 674	324 210	1 142 884	810 524
Curso de 3 séries.....	2 784 725	1 822 603	4 607 328	2 772 898	1 815 554	4 588 452	2 726 623
" " 4 "	3 638 929	2 322 753	5 961 682	3 624 420	2 314 093	5 938 513	3 565 771
" " 5 "	4 460 398	2 648 111	7 108 509	4 443 094	2 638 303	7 081 397	4 376 295
1936							
1.ª série.....	990 619	723 539	1 714 158	985 480	720 288	1 705 768	966 658
2.ª "	946 292	601 730	1 548 022	942 439	599 518	1 541 957	927 278
3.ª "	907 743	536 560	1 444 303	904 654	534 820	1 439 474	891 367
4.ª "	872 588	510 913	1 383 501	869 848	509 268	1 379 116	857 207
5.ª "	839 148	332 360	1 171 508	836 292	331 187	1 167 479	827 967
Curso de 3 séries.....	2 844 654	1 861 829	4 706 483	2 832 573	1 854 626	4 687 199	2 785 303
" " 4 "	3 717 242	2 372 742	6 089 984	3 702 421	2 363 894	6 066 315	3 642 510
" " 5 "	4 556 390	2 705 102	7 261 492	4 538 713	2 695 081	7 233 794	4 470 477

ANEXO II

CÔMPUTO DA CAPACIDADE INTEGRAL DO ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL COMUM), NO BRASIL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS, DURANTE O DECÊNIO DE 1932/1941

RESUMO (concl.)

ANOS E SÉRIES	MATRÍCULA GERAL			MATRÍCULA EFETIVA			Aprovações
	Novos	Repetentes	Total	Novos	Repetentes	Total	
1937							
1.ª série.....	1 011 937	739 110	1 751 047	1 006 688	735 790	1 742 478	987 462
2.ª "	966 658	614 679	1 581 337	962 721	612 421	1 575 142	947 235
3.ª "	927 278	548 107	1 475 385	924 123	546 330	1 470 453	910 550
4.ª "	891 367	521 909	1 413 276	888 568	520 228	1 408 796	875 655
5.ª "	857 207	339 512	1 196 719	854 290	338 314	1 192 604	845 785
Curso de 3 séries.....	2 905 873	1 901 896	4 807 769	2 893 532	1 894 541	4 788 073	2 845 247
" " 4 "	3 797 240	2 423 805	6 221 045	3 782 100	2 414 769	6 196 869	3 720 902
" " 5 "	4 654 447	2 763 317	7 417 764	4 636 390	2 753 083	7 389 473	4 566 687
1938							
1.ª série.....	1 033 715	755 016	1 788 731	1 028 353	751 624	1 779 977	1 008 712
2.ª "	987 462	627 907	1 615 369	983 440	625 602	1 609 042	967 621
3.ª "	947 235	559 903	1 507 138	944 010	558 088	1 502 098	930 146
4.ª "	910 550	533 141	1 443 691	907 691	531 424	1 439 115	894 500
5.ª "	875 655	346 819	1 222 474	872 676	345 595	1 218 271	863 988
Curso de 3 séries.....	2 968 412	1 942 826	4 911 238	2 955 803	1 935 314	4 891 117	2 906 479
" " 4 "	3 878 962	2 475 967	6 354 429	3 863 494	2 466 738	6 330 232	3 800 979
" " 5 "	4 754 617	2 822 786	7 577 403	4 736 170	2 812 333	7 548 503	4 664 967
1939							
1.ª série.....	1 055 937	771 265	1 827 202	1 050 460	767 800	1 818 260	1 030 415
2.ª "	1 008 712	641 421	1 650 133	1 004 604	639 064	1 643 668	988 444
3.ª "	967 621	571 952	1 539 573	964 326	570 098	1 534 424	950 163
4.ª "	930 146	544 615	1 474 761	927 225	542 861	1 470 086	913 751
5.ª "	894 500	354 283	1 248 783	891 456	353 033	1 244 489	882 582
Curso de 3 séries.....	3 032 270	1 984 638	5 016 908	3 019 390	1 976 962	4 996 352	2 969 022
" " 4 "	3 962 416	2 529 253	6 491 669	3 946 615	2 519 823	6 466 438	3 882 773
" " 5 "	4 856 916	2 883 536	7 740 452	4 838 071	2 872 856	7 710 927	4 765 355
1940							
1.ª série.....	1 078 687	787 845	1 866 532	1 073 092	784 305	1 857 397	1 052 578
2.ª "	1 030 415	655 224	1 685 639	1 026 218	652 818	1 679 036	1 009 717
3.ª "	988 444	584 261	1 572 705	985 079	582 367	1 567 446	970 612
4.ª "	950 163	556 335	1 506 498	947 180	554 543	1 501 723	933 415
5.ª "	913 751	361 907	1 275 658	910 642	360 630	1 271 272	901 576
Curso de 3 séries.....	3 097 546	2 027 330	5 124 876	3 084 389	2 019 490	5 103 879	3 032 907
" " 4 "	4 047 709	2 583 665	6 631 374	4 031 569	2 574 033	6 605 602	3 966 322
" " 5 "	4 961 460	2 945 572	7 907 032	4 942 211	2 934 663	7 876 874	4 867 898
1941							
1.ª série.....	1 101 901	804 819	1 906 720	1 096 185	801 203	1 897 388	1 075 249
2.ª "	1 052 578	669 319	1 721 897	1 048 292	666 861	1 715 153	1 031 432
3.ª "	1 009 717	596 834	1 606 551	1 006 279	594 900	1 601 179	991 500
4.ª "	970 612	568 308	1 538 920	967 565	566 478	1 534 043	953 504
5.ª "	933 415	369 696	1 303 111	930 239	368 391	1 298 630	920 978
Curso de 3 séries.....	3 164 196	2 070 972	5 235 168	3 150 756	2 062 964	5 213 720	3 098 181
" " 4 "	4 134 808	2 639 280	6 774 088	4 118 321	2 629 442	6 747 763	4 051 685
" " 5 "	5 068 223	3 008 976	8 077 199	5 048 560	2 997 833	8 046 393	4 972 663